INSTITUTO FEDERAL
Paraná

Ministério da Educação

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR - SESU
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO SUPERIOR - DESUP
DIRETORIA SISTÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE TECNOLOGIA EM SEGURANÇA PÚBLICA

AUTORIZADO PELA RESOLUÇÃO 53

Curitiba -
Paraná 2018

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

Reitor
Odacir Antonio Zanatta

Pró-Reitor de Ensino
Amarildo Pinheiro Magalhães

Diretor de Ensino Superior
Paulo César Medeiros

Coordenadora de Ensino Superior (Tecnólogos e Bacharelados)
Patricia Machado

Direção Sistêmica de Educação a Distância
Marcos Antonio Barbosa

Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão
Kriscie Kriscianne Venturi

Coordenador de Curso
Fernando Roberto Amorim Souza

Comissão de Estruturação de Curso
(Portaria IFPR n.º 952, de 04 de julho de 2018) Fernando Roberto Amorim Souza
Celso Luiz Buiar
Gutemberg Ribeiro
Kriscie Krisciane Venturi
Leo Mathias Miloca
Marcos Fernando
Schimitt Valério
Brusamolin

Colegiado de Gestão Pedagógica de Curso
Fernando Roberto Amorim Souza
Lisiane Basso Guimaro
Kriscie Kriscianne Venturi

SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO **5**

1. APRESENTAÇÃO DO PROJETO **7**

1.2. HISTÓRICO 7

1.2.1 O Instituto Federal do Paraná 7

1.2.2 O Curso de Tecnologia em Segurança Pública 7

1.2.3 Missão, Visão e Valores 7

2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA **8**

2.1 JUSTIFICATIVA 8

2.2 OBJETIVOS 8

2.2.1 Objetivo Geral 8

2.2.2 Objetivos Específicos 9

2.3 CONCEPÇÃO DO CURSO 9

2.4 PERFIL DO EGRESSO 10

2.4.1 Áreas de Atuação do Egresso 10

2.4.2 Acompanhamento de Egressos 11

2.4.3 Registro Profissional 11

2.5 METODOLOGIA E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS 11

2.5.1 Relação entre Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação 11

2.5.2 Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação no processo de ensino-aprendizagem 12

2.5.3 Educação Inclusiva 12

2.5.4 Integração 12

2.5.4.1 Integração com a Pós-Graduação 12

2.5.4.2 Mobilidade Estudantil e Internacionalização 12

2.5.5 Material Didático 12

2.5.6 Mecanismos de Interação entre docentes, tutores e estudantes 13

2.5.6.1 Atividades de Tutoria 13

2.5.7 Atividades Práticas de Ensino 13

2.6 ESTRUTURA CURRICULAR 13

2.6.1 Representação Gráfica do Processo Formativo 15

2.6.2 Matriz Curricular 16

2.6.3 Componentes Optativos 18
2.7 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS 19
2.8 AVALIAÇÃO 19
2.8.1 Avaliação da Aprendizagem 19
2.8.2 Plano de Avaliação Institucional 20
2.8.3 Avaliação do Curso 20
2.8.4 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso 20
2.9 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 20
2.9.1 Convênios de Estágio 20
2.10 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO 21
2.11 ATIVIDADES COMPLEMENTARES 21
2.12 FORMAS DE ACESSO, PERMANÊNCIA 21
2.12.1 Bolsas Pesquisa, Extensão, Inovação, Inclusão Social, Monitoria e Bolsa-Atleta 21
2.12.2 Aproveitamento de Estudos Anteriores 21
2.12.3 Certificação de Conhecimentos Anteriores 21
2.12.4 Expedição de Diplomas e Certificados 22
2.12.5 Acessibilidade 22
3. CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO 23
3.1. CORPO DOCENTE 23
3.1.1 Atribuições do Coordenador 23
3.1.2 Experiência do Coordenador 23
3.1.3 Núcleo Docente Estruturante (NDE) 23
3.1.4 Relação do Corpo docente 23
3.1.5 Colegiado de Curso 24
3.1.6 Políticas de Capacitação Docente 24
3.1.7 Plano de Cargos e Salários dos Docentes 24
3.2 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO 24
3.2.1 Políticas de Capacitação do Técnico Administrativo em Educação 25
3.2.2 Plano de Cargos e Salários dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação 25
4. INFRAESTRUTURA 26
4.1 ÁREAS DE ENSINO ESPECÍFICAS 26
4.2 ÁREAS DE ESTUDO GERAL 26

4.3 ÁREAS DE ESTUDO ESPECÍFICO 27
4.4 ÁREAS DE ESPORTE E VIVÊNCIA 27
4.5 ÁREAS DE ATENDIMENTO DISCENTE 27
4.6 ÁREAS DE APOIO 28
4.7 BIBLIOTECA 28

5. PLANEJAMENTO ECONÔMICO FINANCEIRO 29
5.1 EXPANSÃO DO QUADRO DOCENTE 29
5.2 PROJEÇÃO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE E CONSUMO 29
5.3 PROJEÇÃO DE AQUISIÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO 29

REFERÊNCIAS 30

APÊNDICES 31
APÊNDICE A - Regulamento de Estágio 31
APÊNDICE B - Regulamento de TCC 31
APÊNDICE C - Regulamento de Atividades Complementares 31

ANEXOS 32

IDENTIFICAÇÃO

Denominação do Curso: Tecnologia em Segurança Pública
Eixo Tecnológico: Segurança
Modalidade: a distância.
Grau: Tecnologia.

Regime Letivo:
(X) Semestral
( ) Anual
( ) Alternância / por etapas

Turno do curso:
(X) Matutino
(X) Vespertino
(X) Noturno
( ) Integral
Número de etapas anuais e duração média dos períodos letivos:

Horário de oferta do curso:

Por ser uma oferta na modalidade a distância, o curso pode acontecer sem considerar a questão temporal.

Prazo de Integralização Curricular:
Por ser um curso de oferta esporádica por meio de convênio, sem previsão de reoferta, a integralização deve acontecer exclusivamente no período de oferta do mesmo, ou seja, no período de quatro semestres.

Carga-Horário total do Curso: 1.680 horas (Não há estágio nem atividades complementares.)
Tipo de Matrícula: Por semestre/módulo.
Vagas totais (anual): 350 (conforme convênio institucional)
Escolaridade mínima exigida: Ensino Médio completo.

Coordenador:

Nome: Fernando Roberto Amorim Souza
Titulação Máxima: Mestre
Regime de Trabalho: (___) DE. (X) 40h. (____) 20h.

Coordenador substituto:
Nome: Kriscie Kriscianne Venturi
Titulação Máxima: Mestre
Regime de Trabalho: (X) DE. (____) 40h. (___) 20h.

Endereço de Oferta
Campus: Diretoria de Educação a Distância
Rua e número: Avenida Senador Salgado Filho, 1200
Bairro: Guabirotuba - Cidade: Curitiba
UF:PR
CEP:81.510-000

1. APRESENTAÇÃO DO PROJETO

A oferta do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública, na modalidade a distância, é uma parceria entre o Instituto Federal do Paraná (IFPR) e a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), do Ministério Extraordinário da Segurança Pública (MESP), por meio da Rede EaD-SENASP e destina-se a atender uma demanda específica de formação no âmbito do Sistema Único da Segurança Pública (SUSP), no Estado do Paraná.

O curso está incluído no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia e para sua elaboração foi atentamente observada as normativas institucionais e as diretrizes emanadas da Rede EaD-Senasp de modo a uniformizar a formação entre as instituições que, como o IFPR, farão a formação aos agente públicos de segurança pública.

Desta forma, o IFPR passa a integrar uma rede de formação, liderada pela SENASP, com objetivo de contribuir na formação desses agentes públicos. Cabendo à SENASP a disponibilização da tecnologia de integração pedagógica, disponibilização de material didático e dos/as professores/as tutores/as para acompanhamento do curso. Ao IFPR caberá todo a coordenação pedagógica, inclusive o direcionamento dos professores/tutores contratados pela SENASP.

A Rede EaD-Senasp é a escola virtual da Secretaria Nacional de Segurança Pública, que apresenta como objetivo capacitar os/as profissionais da área de segurança pública de forma qualificada e continuada, independente das limitações temporais e geográficas. Criada em 2005 e desde então consolidou-se como uma política pública nacional de formação, ampliando o acesso ao conhecimento e agregando pessoas e instituições em prol da construção de uma segurança pública cidadã. Atualmente, a Rede EaD-Senasp oferece um catálogo de mais de 70 cursos, que servem de base para construção de matrizes curriculares dos cursos de formação inicial e formação continuada dos/as profissionais de segurança pública. Ao longo dos seus 12 anos de existência, somam-se mais de 3,5 milhões de capacitações em todo o

país. A Rede EaD-Senasp utiliza seus conjuntos de capitais humanos e tecnológicospara sistematizar a construção do conhecimento em segurança pública e ampliar a efetividade das ações dos profissionais dessa área junto à sociedade brasileira.

Vale novamente destacar que o curso será oferecido em uma parceria IFPR e Rede EaD-Senasp, tendo como público alvo exclusivamente às Polícias Militar, Civil, Científica, Bombeiro Militar e Guardas Municipais integrantes do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

1.2 HISTÓRICO

1.2.1 Histórico do Instituto Federal do Paraná

O Instituto Federal do Paraná (IFPR) foi criado em dezembro de 2008, por meio da Lei n° 11.892, que transformou a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (ET-UFPR) em Instituto Federal do Paraná. Ganharam o status de instituto os antigos CEFETS, escolas técnicas e agrotécnicas. Atualmente a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é composta pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais; Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR; Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG; Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e Colégio Pedro II. Estas instituições são vinculadas à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC (Setec). O grande diferencial dos Institutos Federais – IFs, é a oferta de todos os níveis de ensino na mesma instituição. Pela primeira vez é possível oferecer, no mesmo local, desde a Educação Básica (cursos de nível médio e técnico) até a Pós-Graduação (especialização, mestrado e doutorado). Assim os IFs são definidos como instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino com base na conjugação de conhecimentos técnicos e

tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

A Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná, que deu origem ao atual IFPR, nasceu da iniciativa de imigrantes alemães que em 1869 criaram uma escola em Curitiba, que buscava preservar a cultura alemã, carregando um histórico de preparo de mais de uma profissão para enfrentar os desafios da nova terra. Tornada Colégio Progresso em 1914, em 1942 o colégio é vinculado à Faculdade do Paraná tornando-se posteriormente a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná., O IFPR é uma Instituição que possui vínculos relacionais e históricos com a comunidade, tanto no setor público quanto no privado, por meio de diversos mecanismos de interação, estendendo sua competência nas atividades de ensino, pesquisa e extensão à comunidade.

1.2.2 O Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública

A SENASP considera a necessidade da oferta de um curso tecnológico em Segurança Pública baseando-se no fato da fragmentação das ofertas dos cursos de formação das carreiras de segurança pública existentes no Brasil.

Na tentativa de uniformizar a formação para esses profissionais, o órgão disponibilizou, o que chama de uma Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública (MCN), como forma de oferecer um referencial para a formação por meio diretrizes pedagógicas e uma malha curricular padronizada.

Contudo, a SENASP ao avaliar os dados da Pesquisa Perfil, realizada no ano de 2015 publicada em 2016, detectou que ainda existem pelo 225.081 profissionais de segurança pública que não possuem curso superior, este número indica que mais de 48% do efetivo da segurança pública carece de um incentivo para melhorar sua formação profissional.

A realidade apresentada, despertou na SENASP/MESP, a obrigação de equalizar o nível de escolaridade desses/as profissionais, facilitando por intermédio do incentivo da oferta de Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública, em parceria com

Instituições Federais de Educação Tecnológica para oferta de Ensino Superior, composto por conteúdos que fortaleçam os laços institucionais e a relação com a sociedade, pautados na ética, na cultura da paz, no respeito às leis e nos direitos humanos, conforme exposto no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (MEC/2016).

Não se pode deixar de mencionar as boas práticas realizadas pelas diversas corporações, quando qualificam o curso de formação profissional em curso de graduação ou equivalente - suprindo assim uma lacuna premente das instituições de segurança pública, ou ainda, quando exigem o nível superior para o ingresso nas carreiras. Contudo, ainda permanecem carentes de capacitação os/as operadores/as que adentraram para as carreiras de segurança pública antes de tais práticas.

1.2.3 Missão, Visão e Valores

A identidade do IFPR ainda é um processo em construção, porém sua missão institucional, seu compromisso social com a educação, sua configuração jurídica e autonomia administrativa já são características consolidadas. Nesse sentido, visando promover a formação humana e integral voltada à profissão, além de comprometida com o desenvolvimento local e regional, pode-se citar a missão, visão e valores do IFPR. O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2014 – 2018 revisado em março de 2017) do IFPR é um instrumento de gestão que orienta a Instituição em relação às suas ações. O documento construído em conjunto com os/as servidores/as (técnico/as e docentes), os/as estudantes e representantes da comunidade, norteia a Instituição no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, a missão a que se propõe, seus objetivos estratégicos e as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações (PDI, 2017, p. 13). De acordo com o PDI (2017, p. 27) a missão visão e valores do IFPR são:

> **Missão:** Promover a educação profissional e tecnológica, pública, de qualidade, socialmente referenciada, por meio do ensino, pesquisa e extensão, visando à formação de cidadãos críticos, autônomos e empreendedores, comprometidos com a sustentabilidade.

Visão: Ser referência em educação profissional, tecnológica e científica, reconhecida pelo compromisso com a transformação social.

Valores do IFPR
• Educação de qualidade e excelência;
• Eficiência e eficácia;
• Ética;
• Pessoas;
• Sustentabilidade;
• Visão sistêmica;
• Qualidade de vida;
• Diversidade humana e cultural;
• Inclusão social;
• Empreendedorismo e inovação;
• Respeito às características regionais;
• Democracia e transparência. (PDI, 2017, p. 27)
•

2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

O curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública possui seu respaldo na resolução nº 55/2011 que dispõe sobre a Organização Didático-pedagógica da Educação Superior no IFPR, bem como orienta-se pelo Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, 2016.

A organização Didático-pedagógica para o Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública e todas as informações, ações e encaminhamentos relacionados com o trabalho do/a professor/a e do/a estudante seguem as diretrizes emanadas da SENASP para uma formação específica de Agentes de Segurança Pública.

Assim, o compromisso do Instituto Federal do Paraná, tal como preconiza seus documentos fundantes, é possibilitar a transformação das práticas sociais excludentes, por meio do desenvolvimento integral do ser humano, consciente de sua trajetória histórico-cultural, comprometido com a construção de uma sociedade que busca construir oportunidades de participação efetiva de todos os sujeitos que a compõem, e que combata o individualismo, gerador do conformismo e da exclusão.

2.1 JUSTIFICATIVA

A presente proposta está balizada nos termos do convênio firmado entre o Instituto Federal do Paraná (IFPR) e o Ministério Extraordinário da Segurança (MESP), por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e pretende promover a formação de 350 agentes efetivos das Polícias Militares, Civis, Corpo de Bombeiro, Peritos e Guardas Municipais no Estado do Paraná.

A justificativa para a oferta do curso Superior em Tecnologia em Segurança Pública encontra-se nos termos do convênio firmado entre o IFPR e o SENASP/MESP e assim, o IFPR no cumprimento do seu papel social, passa a integrar a Rede EaD-Senasp cujo objetivo é agregar esforços para a formação dos agentes diretamente ligados à segurança pública no Estado do Paraná. Desta forma, o IFPR, em parceria com a SENASP, de acordo com seu estatuto, registra sua parcela de contribuição com essa importante ação de formação.

O projeto pedagógico do presente curso tem como princípio orientador o documento “Diretrizes para Elaboração de Projeto Pedagógico do Curso Superior em Tecnologia em Segurança Pública em Parceria com SENASP/MESP”. Assim, além do convênio supramencionado, pode-se incluir, também como justificativa a demanda represada para a formação inicial de milhares de agentes públicos da segurança pública que trabalham em prol do cidadão. Assim, o IFPR como uma instituição criada e mantida para atender a sociedade, não poderia se negar a atender essa convocação para ampliar a escolarização desses agentes públicos, partindo da premissa de que a educação é caminho e garantia de uma cidadania plena.

2.2 OBJETIVOS

2.2.1 Objetivo Geral

Formar profissionais do quadro efetivo das Polícias Militares, Civis, Peritos e Guardas Municipais, no Estado do Paraná, para que possam compreender o exercício da atividade de segurança pública como prática da cidadania, de participação profissional, social e política num Estado Democrático de Direito, estimulando a adoção

de atitudes de justiça, cooperação, respeito à Lei, promoção humana e repúdio a qualquer forma de intolerância.

2.2.2 Objetivos Específicos

Seguindo as diretrizes da SENASP/MESP:

I. Reconhecer as características da sociedade contemporânea e das diversas formas de violência e criminalidade encontradas nos espaços urbanos e rurais.

II. Compreender as formas de organização do Estado Moderno e dos papéis das instituições de segurança pública, dos seus profissionais e da sociedade na construção de uma cultura de paz para a humanidade.

III. Atuar a partir de metodologias que orientem o enfoque comunitário, a colaboração e integração das ações de justiça e segurança.

2.3 CONCEPÇÃO DO CURSO

Com base nas diretrizes da SENASP/MESP, a concepção do curso apresenta como elementos norteadores:

1. Os mesmos princípios, dinâmica curricular e referencial teórico-metodológico que fundamentam a MCN, voltados para o desenvolvimento de competências – cognitivas, operativas e atitudinais - que possam responder aos desafios da área de segurança pública. Além de tal referência, utilizou-se também o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (MEC/2016).

2. No âmbito da MCN, competência é entendida como: a capacidade de mobilizar saberes (conhecimentos, habilidades e atitudes) para agir em diferentes situações da prática profissional, em que as reflexões antes, durante e após a ação estimulem a autonomia intelectual. (BRASIL, 2014, p.54). Assim, são considerados na MCN três conjuntos de competências:

I. **Competências cognitivas:** são competências que requerem o desenvolvimento do pensamento por meio da investigação e da organização do conhecimento. Elas habilitam o indivíduo a pensar de forma crítica e criativa, posicionar-se, comunicar-se e estar consciente de suas ações;

II. **Competências operativas:** são as competências que preveem a aplicação do conhecimento teórico em prática responsável, refletida e consciente; e

III. **Competências atitudinais:** são competências que visam estimular a percepção da realidade, por meio do conhecimento e do desenvolvimento das potencialidades individuais; a conscientização de sua pessoa e da interação com o grupo; a capacidade de conviver em diferentes ambientes: familiar, profissional e social.

3. As competências foram extraídas, pelos grupos de trabalhos, dos relatórios do Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública, elaborados pela SENASP/MESP. As competências orientam a seleção das unidades curriculares e conteúdos que compõem o presente curso. De acordo com o conjunto de competências selecionadas para cada unidade curricular, temos:

I. Conteúdos conceituais (leis, teorias e princípios);

II. Conteúdos atitudinais (valores, crenças, atitudes e normas); e

III. Conteúdos procedimentais (habilidades técnicas, administrativas, interpessoais, políticas e conceituais traduzidas em métodos, técnicas e procedimentos).

4. Alinhada ao desenvolvimento de competências, o desenho pedagógico das unidades curriculares do curso está pautado nos princípios da abordagem construtivista que considera, principalmente, as ideias de Piaget, Vygotsky e Bruner e se expressam nos aspectos a seguir:

I. Consideração das características dos diversos profissionais de segurança pública;

II. Utilização de uma linguagem clara, atraente e adequada, reforçada por elementos que possibilitem a reflexão sobre questões e ações relacionadas à área de segurança pública, exemplos e o aprofundamento dos conteúdos por meio de links para sites, materiais complementares, glossário e referências;

III. Seleção de atividades relevantes e contextualizadas que possibilitem a observação da realidade, a verificação dos conteúdos estudados e a aplicação em situações problemas, seguidas de feedback ou orientação para a resposta; e

IV. Utilização de ferramentas que possibilitem a comunicação, a troca de experiência e a discussão dos temas, por meio da interação entre docentes e discentes.

5. A fundamentação teórica e os princípios da abordagem construtivista além de orientarem o desenho pedagógico do curso e das unidades curriculares, orientam também a atuação dos/as docentes no exercício da tutoria.

6. O curso deve enfatizar, considerando as diversas possibilidades de atuação profissional, uma ou mais atividades da área de segurança pública, conforme exposto no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, relacionadas a:

I. Segurança e ordem pública;

II. Segurança comunitária;

III. Defesa civil;

IV. Polícia técnico-científica; e

V. Polícia investigativa.

2.4 PERFIL DO EGRESSO

O perfil profissional do/a egresso/a do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública é resultado das diretrizes que fundamentam as ações formativas desenvolvidas pela SENASP/MESP e expressas na Matriz Curricular Nacional, bem

como das orientações expressas Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.

Espera-se que o profissional que conclua o curso, esteja apto a atuar como gerador e indutor de mudanças nos processos, projetos e atividades desenvolvidas pela sua instituição, com base não somente nas competências que serão desenvolvidas ao longo do curso, como também nas novas competências advindas do seu processo de aprendizagem, a partir do contato com campos de conhecimentos.

2.4.1 Áreas de Atuação do Egresso

Os egressos são agentes de segurança pública em atuação no SUSP, no Estado do Paraná.

2.4.2 Acompanhamento de Egressos

Não se aplica, por se tratar de um público segmentado e já inserido em no sistema de segurança pública.

2.4.3 Registro Profissional

Não se aplica.

2.5 METODOLOGIA E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

Por se tratar de um acordo, o IFPR se insere numa rede (Rede-EaD Senasp) em que os materiais de apoio dos estudantes estarão disponíveis em plataforma virtual de aprendizagem disponibilizada pela própria rede.

É na plataforma que o estudante desenvolverá as atividades acadêmicas e será acompanhada por professores/as tutores/as, também contratados pelo parceiro.

Ao final da cada semestre o estudante deverá fazer uma avaliação presencial contemplando todo o conteúdo curricular estudado no período.

Outras atividades serão desenvolvidas por meio de seminário, palestras, mesa

redonda, workshop e outras formas de organização da aprendizagem, em ambientes virtuais ou por webconferência. Eles poderão estar vinculados a determinada unidade curricular ou formatado em projetos e percursos interdisciplinares.

Ao final do curso o/a estudante deverá desenvolver um trabalho de conclusão de curso (TCC) onde deverá apresentar e executar uma ação de intervenção pedagógica.

2.5.1 Relação entre Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação

Por ser um curso de demanda específica, não está previsto atividades de extensão e pesquisa.

2.5.2 Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação no processo de ensino-aprendizagem

O curso será mediado por uma plataforma de aprendizagem virtual disponibilizada pela SENASP, onde as atividades de ensino-aprendizagem deverão ser realizadas.

2.5.3 Educação Inclusiva

Visando atender à educação a inclusiva, a Diretoria de Educação a Distância estruturou o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE), cujo principal objetivo é a construção de um espaço educacional que acolhe e agrega conhecimentos e valores morais, onde não existam mecanismos de discriminação que impeçam o acesso, a permanência e conclusão de todos os alunos.

O NAPNE está em consonância com o fortalecimento das políticas de inclusão educacional, estabelecidas pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e no Decreto Nº. 6571/2008 que dispõe sobre o atendimento educacional especializado.

2.5.4 Integração

2.5.4.1 Integração com a Pós-Graduação

De acordo com o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia. Os egressos poderão dar sequência aos seus estudos em cursos de pós-graduação interdisciplinar na área de Ciências Sociais e Humanidades, entre outras.

2.5.4.2 Mobilidade Estudantil e Internacionalização

Não se aplica.

2.5.5 Material Didático

O material do curso foi elaborado pela equipe da Rede SENASP-EaD e será disponibilizado na plataforma daquela instituição, conforme prevê o convênio.

2.5.6 Mecanismos de Interação entre docentes, tutores e estudantes

O mecanismo geral de interação a distância será o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), por meio dele será possível a comunicação e interação por chat e também são utilizados os fóruns, onde estudantes lançam questionamentos, os quais são acompanhados pelo/a coordenador/a ou tutor/a. Assim, a mediação estabelecida pelo/a coordenador/a ou tutor/a pretende garantir que todas as dúvidas enviadas sejam sanadas. A interação também pode ocorrer utilizando email.

2.5.6.1 Atividades de Tutoria

Todos os estudantes serão acompanhados pela tutoria já no início do curso. As turmas terão no mínimo 25 e no máximo 50 estudantes e cada uma delas terá um/a tutor/a à disposição por meio da plataforma virtual de aprendizagem.

2.5.7 Atividades Práticas de Ensino

Não se aplica.

2.6 ESTRUTURA CURRICULAR

A organização curricular observa as determinações legais presentes na Lei nº 9.394/96 e suas alterações legais, a Resolução CP/CNE nº 03/2002 (Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia) e a Resolução nº 55/2011 do IFPR (Organização Didático-Pedagógica da Educação Superior). Os cursos superiores de tecnologia possuem uma estrutura curricular fundamentada na concepção de eixos tecnológicos constantes do Catálogo Nacional de Cursos Tecnológicos, aprovado pela Portaria do Ministério da Educação nº 413/2016.

Por ser um curso de formação em articulação com a Rede EaD-Senasp, a organização do curso, respeitada as pertinentes regulações, especialmente do IFPR, está estruturada em conformidade com as diretrizes emanadas pela SENASP/MESP, conforme se segue:

1. Por ser um curso ofertado na modalidade a distância, a metodologia será a mesma utilizada na Rede EaD-Senasp. Os/As discentes, a partir do acesso ao ambiente virtual de aprendizagem (AVA) – com login e senha - serão acompanhados por professores/as tutores/as, tendo acesso ao material didático das unidades curriculares para estudo; ferramentas de interação (quadro de avisos, fórum, chat e e-mail); materiais complementares, exercícios e avaliação;

2. O curso terá a duração de 4 semestres, devendo o discente cursar no máximo 8 unidades curriculares no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da SENASP/MESP por semestre;

3. A organização curricular do curso está contemplada em:

a) **Eixos articulares** - Os eixos articuladores estruturam o conjunto de conteúdos transversais que permeiam as ações formativas. Eles foram definidos a partir da relevância e pertinência nas discussões sobre segurança pública e a partir de sua

relação com as problemáticas sociais, atuais e urgentes, de abrangência nacional.

São chamados de eixos articuladores na medida em que conduzem para a reflexão sobre os papéis individuais, sociais, históricos e político do profissional e das instituições de segurança pública. Tem um caráter orientado para o desenvolvimento pessoal e a conduta moral e ética, referindo-se às finalidades gerais das ações formativas, estimulando o questionamento permanente e reflexivo sobre as práticas profissionais e institucionais no contexto social e político em que elas se dão. São eles:

I. Sujeito e Interações no Contexto da Segurança Pública;
II. Sociedade, Poder, Estado e Espaço Público e Segurança Pública;
III. Ética, Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública; e
IV. Diversidade Étnico-sociocultural, Conflitos e Segurança Pública.

Os eixos articuladores serão desenvolvidos por meio de seminário, palestras, mesa redonda, workshop e outras formas de organização da aprendizagem, em ambientes virtuais ou por webconferência. Eles poderão estar vinculados a determinada unidade curricular ou formatado em projetos e percursos interdisciplinares; e

b) **Áreas temáticas** - As áreas temáticas reúnem as unidades curriculares considerando a pertinência, as afinidades de seus conteúdos e o alinhamento com conjunto de competências cognitivas, operativas e atitudinais a serem desenvolvidas no curso. Ao todo são oito áreas temáticas:

I. Sistemas, instituições e gestão integrada em segurança pública;
II. Violência, crime e controle social;
III. Conhecimentos jurídicos;
IV. Modalidades e gestão de conflitos e eventos críticos;
V. Valorização profissional e saúde do trabalhador;
VI. Comunicação, informação e tecnologias em segurança pública;
VII. Cultura, cotidiano e prática reflexiva;
VIII. Funções, técnicas e procedimentos em segurança pública.

4. Orientada pelas áreas temáticas, a malha curricular do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública reúne um conjunto de 23 unidades curriculares obrigatórias e 18 eletivas, dessas o discente terá que cursar no mínimo 5 de acordo com o perfil da sua instituição, distribuídas em 4 semestres. As unidades curriculares consideradas eletivas somente serão disponibilizadas a partir do segundo semestre.

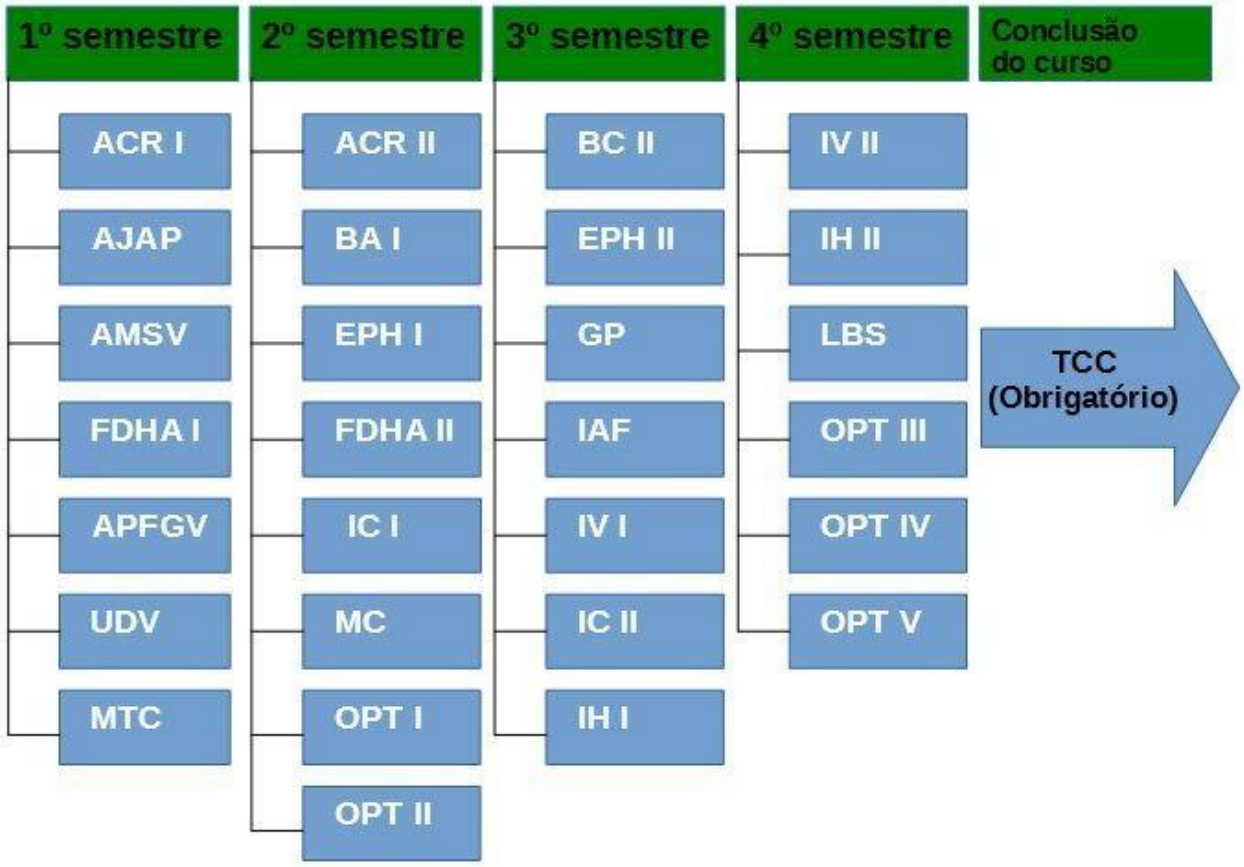
I. Os enfoques contextual e conceitual (semestre 1) reúnem unidades curriculares que proporcionam o estudo de aspectos e conceitos sobre área de segurança pública, objetivando a análise do cenário atual. Apresentam também unidades curriculares chaves para competências de compreensão e interpretação desses conceitos;

II. O enfoque instrumental (semestre 2) reúne unidades curriculares que apresentam metodologias, processos e ferramentas relacionadas às competências para o desempenho das atividades profissionais da área de segurança pública; e

III. O último enfoque, operacional (semestres 3 e 4), congrega unidades curriculares voltadas para o desenvolvimento de competências mais operativas, voltadas para as funções técnicas e operacionais da área de segurança pública.

Para fins de atender o disposto na Resolução 55/2011, a frequência mínima será de 75% da carga horária para o período letivo. Será considerada, como frequência a participação e realização de Atividades no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, e a participação nas atividades avaliativas colegiada. Com relação ao AVA, a frequência será contabilizada pelas atividades realizadas (Fóruns, questões discursivas, estudos de caso, entre outras a serem definidas pelos professores responsáveis pelo componente curricular).

2.6.1 Representação Gráfica do Processo Formativo



2.6.2 Matriz Curricular

Considerando as especificidades da modalidade a distância e a metodologia adotada para a oferta deste curso, a hora-aula será organizada da seguinte forma: **Hora – aula = 60 minutos.**

Matriz Curricular do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública

				CH em	CH em
Semanas do semestre letivo: 20		**Tipo (C, AC, ES)**	**Número de aulas semanais**	**Hora-aula (60 min)**	**Hora-relógio (60 min)**
Períodos	**Matriz curricular**				
1º Semestre	Análise criminal I	C	3	60	60
	Aspectos jurídicos da atuação policial	C	3	60	60
	Atendimento às Mulheres em situação de violência	C	3	60	60
	Filosofia dos direitos humanos aplicados à atuação policial I	C	3	60	60
	Atuação policial frente aos grupos vulneráveis	C	3	60	60
	Uso diferenciado da força	C	3	60	60
	Metodologia do trabalho científico	C	2	60	60
	Subtotal (Total do período)			**420**	**420**
2º Semestre	Análise criminal II	C	3	60	60
	Busca e apreensão I	C	2	40	40
	Emergencista pré-hospitalar I	C	3	60	60
	Filosofia dos direitos humanos aplicada à atuação policial II	C	3	60	60
	Investigação criminal I	C	3	60	60
	Mediação de conflitos	C	3	60	60
	Optativa I	C	3	60	60
	Optativa II	C	3	60	60
	Subtotal (Total do período)			**460**	**460**
3º Semestre	Uso da Informação em Gestão da Segurança Pública	C	2	60	60
	Saúde Mental do Profissional de Segurança Pública	C	3	60	60
	Polícia Comunitária	C	3	60	60
	Identificação de armas de fogo	C	3	60	60
	Técnicas e Procedimentos de Identificação Veicular	C	3	50	50
	Investigação e Análise Patrimonial: Noções Básicas	C	3	60	60
	Investigação de homicídios I	C	3	60	60
	Subtotal (Total do período)			**410**	**410**
	Videomonitoramento	C	3	60	60
	Investigação do Crime de Estupro: Aspectos Conceituais	C	3	30	30

4º Semestre	Língua Brasileira de Sinais	C	3	40	40
	Optativa III	C	3	60	60
	Optativa IV	C	3	60	60
	Optativa V	C	3	60	60
	Optativa VI	C	3	40	40
	Trabalho de Conclusão de Curso			40	40
	Subtotal (Total do período)			**390**	**390**
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO					**1680**
DISTRIBUIÇÃO - CARGA HORÁRIA					
(C) Componentes curriculares					1640
(TCC) Trabalho de Conclusão de Curso					40

2.6.3 Componentes Optativos

Serão oferecidos 18 componentes curriculares, a partir do segundo semestre, devendo o/a discente obrigatoriamente deverá integralizar no mínimo 300 horas, cursando no mínimo em seis componentes curriculares, sendo pelo menos dois componentes no segundo semestre, um componente do terceiro semestre e dois componentes do quarto semestre.

Os componentes curriculares optativos são:

COMPONENTE CURRICULAR OPTATIVO	CARGA HORÁRIA
Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas - Noções Básicas	60
Balística Forense Aplicada	60
Concepção e Aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente	60
Condutores de Veículos de Emergência	60
Crimes Ambientais	60
Crimes Cibernéticos - Procedimentos Básicos	60
Enfrentamento da Exploração Sexual de Criança e Adolescentes	60
Policiamento Comunitário Escolar	60
Políticas Públicas de Segurança Pública	60
Políticas Públicas no Sistema Prisional	40
Português Instrumental	60
Prevenção da Letalidade de Criança e Adolescente	60

Prevenção de enfrentamento à Tortura	60
Redação Técnica	60
Relatório de Local de Crimes	40
Segurança Pública sem Homofobia	60
Sistema de Comando de Incidentes	60
Uso de Informações em Gestão de Segurança Pública	60
Violência, Criminalidade e Prevenção	40

2.7 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS

Toda a bibliografia do curso será oferecida pela SENASP, de acordo com a cooperação técnica, a ser disponibilizada ao estudante na plataforma de ensino e por se tratar de uma oferta com objetivo específico de formar agentes de segurança pública do Estado do Paraná, não está previsto a sua reoferta, desta forma o IFPR não prevê a aquisição de acervo bibliográfico para essa área, já explicitado no item 5.3 deste documento.

A indicação das ementas e respectiva bibliográfica foram informadas pela SENASP, por este motivo se justifica o fato de não contemplar o número mínimo da bibliografia básica e a ausência de bibliografia complementar, como exigido pelas normativas do IFPR.

Primeiro semestre

Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Tecnólogo em Segurança Pública	**Eixo Tecnológico:** Segurança
Componente Curricular: Análise Criminal I	
Carga Horária (hora aula): 60	**Período letivo:** 1º Semestre

Ementa:

As razões para fazer uma análise criminal. A coleta de informações e análise da estatística criminal. Estudo dos sistemas de informações geográficas. A operacionalização da análise criminal.

Bibliografia Básica:

CERQUEIRA, D; LOBÃO W. **Criminalidade: social versus polícia. Texto para Discussão** IPEA, Rio de Janeiro: n. 958, jun. 2003.

KAHN, T. **Indicadores em prevenção municipal da criminalidade**. In: Prevenção da violência: o papel das cidades. Sento-Sé, J. T. (Eds.). Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, 2002.

KAHN, T. **Ferramentas e técnicas de análise criminal**. São Paulo, 2008 (mimeo).

MAGALHÃES, L. C. **Análise criminal e mapeamento da criminalidade**. In: GIS. Anais do Fórum Internacional de Gabinetes de Gestão Integrada, São Luís, Maranhão, novembro 2007.

Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Tecnólogo em Segurança Pública	**Eixo Tecnológico:** Segurança
Componente Curricular: Aspectos jurídicos da atuação policial	
Carga Horária (hora aula): 60	**Período letivo:** 1º Semestre

Ementa:

Os aspectos constitucionais e normas internacionais aplicados à atuação policial. A atuação policial: da prevenção às ações de resgate da paz social e instrução criminal. As Implicações penais, civis e administrativas sobre a abordagem policial e a responsabilidade do cidadão e do agente policial.

Bibliografia Básica:

ARAÚJO, J. C. R. de. A**bordagem Policial: Conduta Ética e Legal**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

BITTNER, E.. **Aspectos do Trabalho Policial**. São Paulo: Edusp, 2003.

MONJARDET, D. **O Que Faz a Polícia**. São Paulo: EDUSP, 2003.

NUCCI, G. S. **Código penal comentado**. São Paulo: Editora Rev. dos Tribunais, 2013.

Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Tecnólogo em Segurança Pública	**Eixo Tecnológico:** Segurança
Componente Curricular: Atendimento às mulheres em situação de violência	
Carga Horária (hora aula): 60	**Período letivo:** 1º Semestre

Ementa:

Estudos de dados e as causas da violência contra as mulheres. Os tipos e os mitos sobre a violência contra as mulheres. A análise dos aspectos legais e os aspectos procedimentais no atendimento às mulheres em situação de violência.

Bibliografia Básica:

BRASIL. **Lei Maria da Penha**. Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres / Presidência da República, 2006b.

MACHADO, L. Z. **Feminismo em movimento.** 1ª Edição. São Paulo: Editora Francis, 2010. Volume 1, 188 páginas.

SOARES, B. **Enfrentando a Violência contra as Mulheres: Orientações práticas para profissionais e voluntários**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

WAISELFISZ, J. J. (2010). **Mapa da Violência 2010- Anatomia dos Homicídios no Brasil**. Instituto Sangari. 151 páginas

Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Tecnólogo em Segurança Pública	**Eixo Tecnológico:** Segurança
Componente Curricular: Filosofia dos direitos humanos aplicados à atuação policial I	
Carga Horária (hora aula): 60	**Período letivo:** 1º Semestre

Ementa:

Estudo do arcabouço jurídico relacionado aos direitos humanos e as premissas básicas na aplicação da lei. Definição das responsabilidades básicas da atividade policial. Os poderes básicos da aplicação da lei e comando, gestão e investigação de violações de direitos humanos.

Bibliografia Básica:

ALVES, A. A.; CANEDO, V.; CORREIA, R. A. B; MEIER JUNIOR, E. ; SOARES, M. F.; VIANNA, A. L. R.; XAVIER, F. M. **Cartilha para o programa de integração das normas internacionais de direitos humanos e princípios humanitários aplicáveis à função policial**. CICV, 2007.

ROVER, C. **Para servir e proteger: Direitos humanos e direito internacional humanitário para forças policiais e de segurança**. Trad. Sílvia Backes e Ernani S. Pilla. 4. ed. BSB, 2005.

PIOVESAN, F. **Anais da V conferência nacional dos direitos da criança e do adolescente**. Brasília: 2003. Disponível em: www.mj.gov.br/sedh/ct/conanda/anais.pdf.

VIANNA, A. L. R. **O uso da força e de armas de fogo na intervenção policial de alto potencial ofensivo sob a égide dos direitos humanos**. CAES/PMESP, 2000.

Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Tecnólogo em Segurança Pública	**Eixo Tecnológico:** Segurança
Componente Curricular: Atuação policial frente aos grupos vulneráveis	
Carga Horária (hora aula): 60	**Período letivo:** 1º Semestre

Ementa:

Estudo dos grupos vulneráveis e minorias. A atuação policial e grupos vulneráveis e pessoas idosas. A Segurança Pública e população em situação de rua. O atendimento policial às pessoas com deficiência e às crianças e adolescentes.

Bibliografia Básica:

AMAS. **Caderno de formação para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes**. Belo Horizonte: 2007.

CERQUEIRA, C. M. N. **Polícia e gênero**. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2001.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Comando-Geral. **Diretriz para produção de Serviços de Segurança Pública** nº 3.01.05/2010-CG: Regula a Atuação da Polícia Militar de Minas Gerais segundo a filosofia dos Direitos Humanos. Belo Horizonte: PMMG - Comando- Geral, 2010. 74 p.: il.

ROVER, Cees de. **Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário para Forças Policiais e de Segurança**. 4ª Ed. Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Genebra: 2005.

Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Tecnólogo em Segurança Pública	**Eixo Tecnológico:** Segurança
Componente Curricular: Uso diferenciado da força	
Carga Horária (hora aula): 60	**Período letivo:** 1º Semestre

Ementa:

O uso da força pelos Agentes de Segurança Pública e os modelos de uso diferenciado da força. Estudo dos princípios básicos do uso da força e o uso diferenciado da força.

Bibliografia Básica:

BALESTRERI, R. B. **Direitos humanos: coisa de polícia**. 2. ed. Passo Fundo:Capec, 2002.

BARBOSA, S. A.; ANGELO, U. O. **Distúrbios civis: controle e uso da força pela políci**a. Vol 5. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2001. (Coleção polícia amanhã)

CERQUEIRA, C. M. N. **Polícia, violência e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1994. (Série cadernos de polícia)

CORRÊA, M. V. **Abordagem Policial Militar no patrulhamento motorizado face ao treinamento profissional específico no 8º RPM: Período de 1998 a 2000**. Belo Horizonte: PMMG, 2001.

Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Tecnólogo em Segurança Pública	**Eixo Tecnológico:** Segurança
Componente Curricular: Metodologia do trabalho científico	
Carga Horária (hora aula): 60	**Período letivo:** 1º Semestre
Ementa: A Metodologia Científica e a ciência e conhecimento científico. O método científico e a pesquisa Científica, bem como os.mMétodos de pesquisa científica. A organização e orientação de pesquisa científica e a difusão do conhecimento científico.	
Bibliografia Básica: WATANABE, C. B.; MORETO, E. C. N.; DUTRA, R. R. C. **Normas para elaboração de trabalhos acadêmicos do Instituto Federal do Paraná (IFPR).** IFPR: Curitiba, 2010.	

Segundo semestre

Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Tecnólogo em Segurança Pública	**Eixo Tecnológico:** Segurança
Componente Curricular: Análise Criminal II	
Carga Horária (hora aula): 60	**Período letivo:** 2º Semestre
Ementa: Estudo sobre estatística criminal e introdução ao mapeamento criminal. A análise criminal espacial.	
Bibliografia Básica: Beato, C.; A. R. **Sistemas de informação georeferenciados em segurança**. In: Beato (org.). compreendendo e avaliando: projetos de segurança pública. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. Dantas, C. A. B. **Probabilidade: um curso introdutório**, 2ª edição, São Paulo, editora USP, 2004, 256 páginas. Duffala, D.C. **Convenience stores, armed robbery, and physical environmental features**. American Behavioral Scientist 20:227-46 (1976). Kahn, T. **Taxa de homicídio por setor censitário no município de São Paulo**. In: Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública. Coordenadoria de Análise e Planejamento, São Paulo, Fevereiro de 2005, p. 1-7 (2005).	

Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Tecnólogo em Segurança Pública	**Eixo Tecnológico:** Segurança
Componente Curricular: Busca e apreensão I	
Carga Horária (hora aula): 40	**Período letivo:** 2º Semestre
Ementa: Compreender os enfoques iniciais e conceitos básicos da busca e apreensão, bem como seus aspectos legais e técnicos dos locais. Estudo das peculiaridades de alguns tipos de locais de busca e apreensão sob o ponto de vista pericial.	
Bibliografia Básica: ESPINDULA, A. **Perícia criminal e cível**. 3ª. ed. Campinas: Millennium Editora, 2009. DOREA, L. E. C.; STUMVOLL, V. P.; QUINTELA, V.. **Criminalística**. 3ª. ed. Campinas: Millennium Editora, 2006. SILVA, P. **Vocabulário jurídico**. 26ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2005.	

Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Tecnólogo em Segurança Pública	**Eixo Tecnológico:** Segurança
Componente Curricular: Emergência pré-hospitalar I	
Carga Horária (hora aula): 60	**Período letivo:** 2º Semestre

Ementa:

Conhecer os aspectos fundamentais da emergência pré-hospitalar. Estudar sobre as hemorragias, choques e ferimentos. Compreender sobre os trauma em ossos, bem como outras emergências.

Bibliografia básica:

AMERICAN HEART ASSOCIATION. Suporte básico de vida.

BRASIL. Portaria no 2048/02.

National Association of Emergency Medical Technicians. **Atendimento pré-hospitalar ao traumatizado: básico e avançado**. [Comitê do PHTLS]. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2004.

D'ANGELO, J.G & FATINI, C.A . **Anatomia básica dos sistemas orgânicos**. 2a ed. Rio de Janeiro: Editora Atheneu, 1995.

Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Tecnólogo em Segurança Pública	**Eixo Tecnológico:** Segurança
Componente Curricular: Filosofia dos direitos humanos aplicada à atuação policial II	
Carga Horária (hora aula): 60	**Período letivo:** 2º Semestre

Ementa:

Estudar os posicionamentos do Poder Judiciário ao avaliar a atuação dos funcionários responsáveis pela aplicação da lei e as consequências administrativas, penais e financeiras quando a ação é julgada incorreta. Compreender sobre os Direitos humanos e accountability nas agências responsáveis pela aplicação da lei. As Implicações administrativas e penais na vida profissional do funcionário responsáveis pela aplicação da lei. e as implicações financeiras na vida profissional do funcionário responsável pela aplicação da lei. Aprender sobre posicionamentos dos órgãos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos diante das denúncias contra o Brasil

Bibliografia Básica:

ALVES, J. A. L. **A Arquitetura Internacional dos Direitos Humanos**. Brasília: FTD, 1997.

BAYLEY, D. H. **Padrões de Policiamento: Uma Análise Internacional Comparativa**. Trad. René Alexandre Belmonte. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2002.

CANÇADO TRINDADE, A. A. **A Incorporação das Normas Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos no Direito Brasileir**o. San Jose de Costa Rica/Brasília - Brasil: Mars editora, 1996.

DANTAS, A. S. N. **O Papel das Polícias Militares junto a Sociedade Brasileira**. Brasília: Gráfica e Editora Inconfidência, 1997.

LEMGRUBER, J.; MUSUMECI, L.; CANO, I. **Quem vigia os vigias? Um estudo sobre controle externo da polícia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Tecnólogo em Segurança Pública	**Eixo Tecnológico:** Segurança
Componente Curricular: Investigação criminal I	
Carga Horária (hora aula): 60	**Período letivo:** 2º Semestre

Ementa:

Conhecer a reconstrução científica de fatos delituosos e a investigação criminal como instrumento de defesa da cidadania. Estudar sobre os aspectos conceituais, os princípios fundamentais e os fundamento legal da investigação criminal. Compreender a lógica aplicada à investigação criminal e o perfil profissional do investigador. Entender sobre a interdisciplinaridade da investigação criminal e a valorização da prova.

Bibliografia Básica:

BALESTRERI, R. B. **Direitos humanos: coisa de polícia**. 2. ed. Passo Fundo: Capec, 2002.

CABETTE, E. L. S. **O papel do inquérito policial no sistema acusatório: o modelo brasileiro**. Revista Brasileira de Ciências Criminais, 2003.

CALABRICH, B. **Investigação criminal pelo Ministério Público: fundamentos e limites constitucionais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

RIBEIRO, L. J. **Investigação criminal: homicídio**. Brasília: Fábrica do Livro, 2006.

Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Tecnólogo em Segurança Pública	**Eixo Tecnológico:** Segurança
Componente Curricular: Mediação de conflitos	
Carga Horária (hora aula): 60	**Período letivo:** 3º Semestre

Ementa:

Aprender sobre os conceitos, a mediação e resolução de conflitos na perspectiva da prevenção da violência e a postura do mediador. Compreender sobre conflitos e métodos autocompositivos de solução de conflitos (MASCs) e a mediação de conflitos.

Bibliografia Básica:

ISA-ADRS e MEDIARE. **Curso de mediação e resolução de conflitos em segurança pública**. Brasília: Ministério da Justiça, 2007.

SEIDEL. D. [org.] **Mediação de conflitos: a solução de muitos problemas pode estar em suas mãos**. Brasília: Vida e Juventude, 2007.

SOUZA, L. M. de. **Resolução consensual de conflitos coletivo envolvendo políticas**. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 2014.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. UCB Virtual. Curso Superior de Tecnologia em Segurança e Ordem Pública. **Prevenção, mediação e resolução de conflito**. Disponível em: www.catolicavirtual.br. Acesso em: 06 ago de 2015.

Terceiro semestre

Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Tecnólogo em Segurança Pública	**Eixo Tecnológico:** Segurança
Componente Curricular: Uso da Informação em Gestão da Segurança Pública	
Carga Horária (hora aula): 60	**Período letivo:** 3º Semestre
Ementa: Difundir metodologias de Gestão e Sistema de Informação na área de Segurança Pública. Participação profissional, social e política em um Estado Democrático de Direito.	
Bibliografia Básica: ESPINDULA, A. **Perícia criminal e cível.** 3ª. ed. Campinas:Millennium Editora, 2009. DOREA, L. E. C.; STUMVOLL, V. P.; QUINTELA, V. **Criminalística**. 3ª. ed. Campinas: Millennium Editora, 2006. SILVA, P.. **Vocabulário jurídico**. 26ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2005.	

Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Tecnólogo em Segurança Pública	**Eixo Tecnológico:** Segurança
Componente Curricular: Saúde Mental do Profissional de Segurança Pública	
Carga Horária (hora aula): 60	**Período letivo:** 3º Semestre

Ementa:

Saúde Mental e o profissional de segurança pública. Estresse e sofrimento psíquico. Estratégias para prevenção do sofrimento psíquico. Suicídio. Fatores de risco para o sofrimento mental. Técnicas para combater o sofrimento psíquico.

Bibliografia Básica:

American Heart Association. Suporte básico de vida.

BERGERON, J.D. & BIZJAK, G. **Primeiros socorros.** 1ª Ed. São Paulo: Editora Atheneu, 1999.

D' ANGELO, J.G, FATINI, C.A. **Anatomia básica dos sistemas orgânicos.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Atheneu, 1995.

National Association of Emergency Medical Technicians. A**tendimento pré-hospitalar ao traumatizado: básico e avançado**. [Comitê do PHTLS]. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2004.

Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Tecnólogo em Segurança Pública	**Eixo Tecnológico:** Segurança
Componente Curricular: Polícia Comunitária	
Carga Horária (hora aula): 60	**Período letivo:** 3º Semestre

Ementa:

O policiamento comunitário. Técnicas que modificam a realidade da comunidade em que o profissional de segurança pública estiver inserido. Dificuldades enfrentadas pela polícia comunitária em outras realidades.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, M. M. & RABECHINI, R. **Construindo competências para gerenciar projetos: teorias e casos**. São Paulo: Atlas, 2005.

CERTO, S. **Administração Estratégica: planejamento e implantação da estratégia**. 2ª Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

DINSMORE, P. C. **Transformando estratégias empresariais em resultados através da gerência por projetos**. Rio de Janeiro: Quality Mark, 1999.

LONGANEZI, T.; COUTINHO, P.; BOMTEMPO, J. V. M. **Um modelo preferencial para a prática da inovação**. Journal of Technology, Management & Innovation, v. 3, n. 1. JOTMI Research Group, 2008.

OLIVEIRA, J. **Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC**. São Paulo: Érica, 2003.

Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Tecnólogo em Segurança Pública	**Eixo Tecnológico:** Segurança
Componente Curricular: Identificação de armas de fogo	
Carga Horária (hora aula): 60	**Período letivo:** 3º Semestre

Ementa:

Estudar os principais aspectos da balística técnica,principalmente, aqueles ligados à identificação direta das armas de fogo. Compreender algumas das definições propostas pela legislação específica; as principais partes ou conjunto de peças e os princípios de funcionamento das armas de fogo; o calibre; as munições; o significado do número de série. Aprender as possibilidades de identificar, classificar e rastrear armas de fogo.

Bibliografia Básica:

O'HARA, C.; OSTERBURG, James. **Introdução à criminalística**. Rio de Janeiro, Centro de Publicações Técnicas da Aliança, 1964.

RABELLO, E.. **Balística forense** 3.ed. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1995.

TOCHETTO, D. B**alística forense tratado de perícias criminalísticas**. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1995.

TOCHETTO, D. **Balística forense aspectos técnicos e jurídicos** Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1999.

Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Tecnólogo em Segurança Pública	**Eixo Tecnológico:** Segurança
Componente Curricular: Técnicas e Procedimentos de Identificação Veicular	
Carga Horária (hora aula): 50	**Período letivo:** 3º Semestre

Ementa:

Noções de identificação veicular e sobre agregados. Localizar e decodificar, na prática, veículo tipos: motocicletas, utilitários, caminhões e ônibus. Compreender a importância e as informações contidas no número de identificação veicular; analisar a legislação pertinente à identificação veicular e documental; utilizar técnicas que possibilitem a identificação veicular e documental; reconhecer que as técnicas e os procedimentos utilizados na identificação veicular e documental auxiliam na prevenção e na investigação dos crimes relacionados à adulteração e roubo de veículos.

Bibliografia Básica:

BARROS, G. A. **Identificação veicular ao alcance de todos**. 4ª edição. Brasília: Editora Star Print, 2005.

BARROS, G. A. **Original ou regravado? Identificação veicular ao alcance de todos** - Brasília: edição do autor, 2003.

MIZIARA, A. N. & BARROS, G. A. **Manual de técnicas de identificação veicular**. Brasília: ABDETRAN, 1999.

MIZIARA, A. N. & BARROS, G. A. **Manual de técnicas de identificação veicular.** Brasília: ABDETRAN, 2011.

Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Tecnólogo em Segurança Pública	**Eixo Tecnológico:** Segurança
Componente Curricular: Investigação e Análise Patrimonial	
Carga Horária (hora aula): 60	**Período letivo:** 3º Semestre

Ementa:

Integração entre os ógãos federais e estaduais de segurança pública. Estratégias ministerial de reduzir a oferta de drogas ilícitas, de reprimir a produção não autorizada dessas substâncias, e de combater o tráfico de drogas. Investigação patrimonial.

Bibliografia Básica:

CERQUEIRA, S. **Técnica de entrevista no inquérito administrativo: um verdadeiro manual de procedimentos**. Rio de Janeiro: Temas e Ideias, 2000.

COBRA, C. N.. **Manual de investigação policial**. 3. ed. São Paulo: Escola de Polícia de São Paulo, s.d.

COUTO, M. **Investigação e Inteligência Policial**. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2015.

E. BONILLA, C. **La perícia em la investigación: informe técnico**. Buenos Aires: Editorial Universidad, 1996

Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Tecnólogo em Segurança Pública	**Eixo Tecnológico:** Segurança
Componente Curricular: Investigação de homicídios I	
Carga Horária (hora aula): 60	**Período letivo:** 3º Semestre

Ementa:

Compreender o crime de homicídio não apenas pelo aspecto jurídico como um tipo penal, mas, também como um conflito que se constitui em uma ação social que envolve perfis diferentes das pessoas envolvidas, diferentes contextos e relações sociais diferenciadas entre vítimas e agressores. Estudar os fundamentos da investigação do crime de homicídio e os princípios operacionais básicos da investigação do homicídio, envolvendo os elementos essenciais e acessórios do crime de homicídio. Aprender sobre a metodologia aplicada à investigação do crime de homicídio e o contexto da prova.

Bibliografia Básica:

FERRO JÚNIOR, C. M. **A inteligência e a gestão da informação policial**. Brasília: Fortium Editora, 2008.

MINGARDI, G. **A investigação de homicídios: construção de um modelo**. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/main.asp?Team=%7B1C29142C-AD53-4A35-B2BD-2CD63509DAB1%7D

RIBEIRO, L. J. **Interrogatório policial.** Brasília: Academia de Polícia de Brasília, s.d.

RIBEIRO, L. J. **Investigação criminal: homicídio**. Brasília: Fábrica do Livro, 2006.

Quarto semestre

Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Tecnólogo em Segurança Pública	**Eixo Tecnológico:** Segurança
Componente Curricular: Investigação do crime de estupro	
Carga Horária (hora aula): 30	**Período letivo:** 4º Semestre
Ementa: Investigação do crime de estupro. Abordagens de atuação do policial e o conhecimento dos aspectos conceituais do crime. O agente de segurança nas políticas públicas de prevenção e de controle do delito.	
Bibliografia Básica: FERRO JÚNIOR, C. M. **A inteligência e a gestão da informação policial.** Brasília: Fortium Editora, 2008. MINGARDI, G. **A investigação de homicídios: construção de um modelo**. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/main.asp?Team=%7B1C29142C-AD53-4A35-B2BD-2CD63509DAB1%7D RIBEIRO, L. J. **Interrogatório policial.** Brasília: Academia de Polícia de Brasília, s.d. RIBEIRO, L. J. **Investigação criminal: homicídio**. Brasília: Fábrica do Livro, 2006.	

Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Tecnólogo em Segurança Pública	**Eixo Tecnológico:** Segurança
Componente Curricular: Videomonitoramento	
Carga Horária (hora aula): 60	**Período letivo:** 4º Semestre

Ementa:

Definição, os tipos e as formas de monitoramento. Planejamento e paradigmas referente aos sistemas de segurança eletrônicos voltados para a segurança pública.

Bibliografia Básica:

BARROS, G. A. **Identificação veicular ao alcance de todos**. 4ª edição. Brasília: Editora Star Print, 2005.

BARROS, G. A. **Original ou regravado? Identificação veicular ao alcance de todos** - Brasília: edição do autor, 2003.

MIZIARA, A. N.; BARROS, G.A. **Manual de técnicas de identificação veicular**. Brasília: ABDETRAN, 1999.

MIZIARA, A. N.; BARROS, G.A. **Manual de técnicas de identificação veicular.** Brasília: ABDETRAN, 2011.

Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Tecnólogo em Segurança Pública	**Eixo Tecnológico:** Segurança
Componente Curricular: Língua brasileira de Sinais	
Carga Horária (hora aula): 40	**Período letivo:** 4º Semestre

Ementa:

A Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS: características básicas da fonologia. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe. Cultura e identidades surdas.

Bibliografia Básica:

FERRAZ, R. A. **O mundo surdo: passeata dos surdos – luta e comemoração. Monografia**. Recife: Faculdade Santa Helena, 2009. Disponível em: http://www.suvag.org.br/arquivos/raf.pdf. Acesso em: 31 dez 2011.

FREITAS, O.C.R. **Efeitos de pistas contextuais em língua de sinais sobre a recordação livre e compreensão de texto narrativo**. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 2009.

FREITAS, R.; VEIGA, A. **Módulo Libras**. Disponível em: http://dc203.4shared.com/doc/6c6Bbw9A/preview.html. Acesso 30 dez 2011.

RAMOS, C.R. **LIBRAS: a língua de sinais dos surdos brasileiros.** Disponível em: www.editora-arara-azul.com.br. Acesso em: 31 dez 2011.

Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Tecnólogo em Segurança Pública	**Eixo Tecnológico:** Segurança
Componente Curricular: Trabalho de Conclusão de Curso	
Carga Horária (hora aula): 40	**Período letivo:** 4º Semestre

Ementa:

Aprofundar o conhecimento teórico-prático em atividades de interesse específico do estudante a partir do desenvolvimento de trabalhos acadêmicos: relatórios, pesquisa, ensaios, palestras etc.

Bibliografia Básica:

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. de A. **Técnicas de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do TrabalhoCientífico. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

Optativas

Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Tecnólogo em Segurança Pública	**Eixo Tecnológico:** Segurança
Componente Curricular (OPTATIVA): Balística Forense Aplicada	
Carga Horária (hora aula): 60	**Período letivo:**
Ementa: Identificar armas de fogo e seus impactos e efeitos contra superfícies metálicas, alvenarias, vidros, ricochetes e, principalmente, sobre o tecido vivo, ou seja, as lesões provocadas pelos projéteis. Compreender questões essenciais como o disparo acidental, aspectos básicos do trajeto e trajetória e naturalmente. Estudar sobre os exames de identificação indireta das armas de fogo, ou seja, os exames de confronto balísticos.	
Bibliografia Básica: Rabello, E. **Balística forense** 3.ed. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1995. SWAN, K. G.; SWAN, R. C. **Princípios de balística aplicáveis ao tratamento das feridas por armas de fogo**. Clínica Cirúrgica da América do Norte. Volume II, 1991. TOCHETTO, D. **Balística forense: tratado de perícias criminalísticas**. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1995.	

Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Tecnólogo em Segurança Pública	**Eixo Tecnológico:** Segurança
Componente Curricular (OPTATIVA): Concepção e Aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente	
Carga Horária (hora aula): 60	**Período letivo:**

Ementa:

Compreender a concepção de criança e adolescente e os Direitos da criança e do adolescente; a proteção integral do ECA. Estudar sobre o Adolescentes em conflito com a lei e a proteção aos direitos da criança e do adolescente, bem com sua proteção.

Bibliografia Básica:

ALVES, L. C. B. **A inimputabilidade do menor no direito penal**. Monografia jurídica apresentada para conclusão do curso de graduação em Direito, no Departamento de Ciências Jurídicas, da Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2002. Disponível em: http://agata.ucg.br/formularios/ucg/institutos/nepjur/pdf/inimputabilidadedomenor.pdf

COLPANI, C. F.. **A responsabilização penal do adolescente infrator e a ilusão de impunidade**. Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 162, 15 dez. 2003. Disponível em: http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4600

COLPANI, C. Fi. **Manual para a medição dos indicadores da justiça juvenil.** Escritório de Drogas e Crime da Unicef. 2006. Disponível em: http://www.abmp.org.br/UserFiles/File/manual_indicadores_justica_juvenil.pdf

GOMES, Luiz Flávio. Redução da maioridade penal . Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1338, 1 mar. 2007. Disponível em: http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9552

Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Tecnólogo em Segurança Pública	**Eixo Tecnológico:** Segurança
Componente Curricular (OPTATIVA): Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas	
Carga Horária (hora aula): 60	**Período letivo:**

Ementa:

Atendimento dos desastres. Elementos fundamentais do curso BREC - Avançado, desenhado e implementado pela Office Foreign Disaster Assistance (OFDA). Atividades de busca, localização e resgate de vítimas encontradas superficialmente em estruturas colapsadas. Organização e os procedimentos para o pessoal de primeira resposta e para as vítimas.

Bibliografia Básica:

DEAL, T. **Beyond initial response: using the national incident management system's**. Incident Command System. Disponível em: http:/training.fema.gov/IS/

JUNIOR, H. S. E; Et al. **Manual de sistema de comando de incidentes** (SCI). Brasília: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, 2011.

D' ANGELO, J.G, FATINI, C.A. **Anatomia básica dos sistemas orgânicos. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Atheneu, 1995.**

National Association of Emergency Medical Technicians. A**tendimento pré-hospitalar ao traumatizado: básico e avançado**. [Comitê do PHTLS]. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2004.

Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Tecnólogo em Segurança Pública	**Eixo Tecnológico:** Segurança
Componente Curricular (OPTATIVA): Condutores de Veículos de Emergência	
Carga Horária (hora aula): 60	**Período letivo:**
Ementa: Estudar a legislação de trânsito e respeito ao meio ambiente. Compreender a importância e como manter a direção defensiva. Aprender noções de primeiros socorros e relacionamento interpessoal e convívio social no trânsito	
Bibliografia Básica: AMERICAN HEART ASSOCIATION. **Destaque das diretrizes da American Heart Association para RCP e ACE**, Guidelines CPR ECC, 2010. BRASIL. **Direção defensiva: segurança no Trânsito**. 3ª edição. Porto Alegre: SENAI/FIERGS -,l995 BRASIL. Lei nº 9.503/97: Código de Trânsito Brasileiro. PAULUS, A. A. **Infrações de trânsito: procedimentos práticos**. 5ª ed. Santo Ângelo: Nova Geração do Trânsito, 2013.	

Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Tecnólogo em Segurança Pública	**Eixo Tecnológico:** Segurança
Componente Curricular (OPTATIVA): Crimes Ambientais	
Carga Horária (hora aula): 60	**Período letivo:**

Ementa:

Estudar a conceituação de meio ambiente e os recorrentes crimes ambientais em nosso país. Compreender sobre a aplicação das Leis que amparam esse assunto. Aprender sobre a importância da preservação/conservação do meio ambiente; caracterizar a biodiversidade brasileira e as Leis que a protegem; analisar a Política Nacional do Meio Ambiente; enumerar as modalidades de Crimes Contra a Fauna e a Flora; comentar, a partir de noções básicas, outros crimes ambientais; instrumentar-se de conhecimentos necessários à proteção do meio ambiente e no enfrentamento aos crimes ambientais.

Bibliografia Básica:

GRANZIERA, M. L. M. **Direito Ambiental**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PILATI, Luciano Cardoso. Direito Ambiental Simplificado. São Paulo: Saraiva, 2011.

PRADO, L. R. **Direito Penal Ambiental.** 2. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo:Revista dos Tribunais, 2005.

SANTOS, R. M. G. et al. Boletim Científico – Escola Superior do Ministério Público da União. **Competência Criminal nos Crimes Contra a Fauna** (Grupo De Trabalho Da Fauna). Brasília: ESMPU, Ano III, n. 10, p. 31-51, jan. /mar. 2004.

Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Tecnólogo em Segurança Pública	**Eixo Tecnológico:** Segurança
Componente Curricular (OPTATIVA): Crimes Cibernéticos - Procedimentos Básicos	
Carga Horária (hora aula): 60	**Período letivo:**
Ementa: Identificar os recursos tecnológicos mais utilizados no cometimento de crimes cibernéticos. Conhecer sobre como proceder a investigação. Compreender como lidar com situações onde a tecnologia esteja envolvida em delitos rotineiros, bem como para orientar as vítimas e a população em geral a defender-se e prevenir-se em relação a esse tipo de crime.	
Bibliografia Básica: COLLI, M. Cibercrimes: limites e perspectivas à investigação policial de crimes cibernéticos. Curitiba: Ed. Juruá, 2010. MALAQUIAS, R. A. D. **Crimes cibernéticos e Prova: a investigação criminal em busca da verdade**. Curitiba: Ed. Juruá, 2012. QUEIROZ, C. **Investigação e perícia forense computacional.** Rio de Janeiro: Ed. Brasport, 2010. WENDT, E.; JORGE, H. **Crimes cibernéticos: ameaças e procedimentos de investigação**. Rio de Janeiro: Ed. Brasport, 2012.	

Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Tecnólogo em Segurança Pública	**Eixo Tecnológico:** Segurança
Componente Curricular (OPTATIVA): Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	
Carga Horária (hora aula): 60	**Período letivo: 2018**
Ementa: Apresentar conceitos teórico-básico sobre a prevenção e o combate à violência e exploração sexual de crianças e adolescentes. Compreender sobre o sistemas de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente e ações de prevenção.	
Bibliografia Básica: AZAMBUJA, M. R. F.; FERREIRA, M. H. M. **Violência sexual contra crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011. CASTANHA, N. (Org.). **Direitos Sexuais são Direitos Humanos**. Caderno Temático. Brasília, 2008. Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. **O Processo de Revisão do Plano Nacional – Relatório de Acompanhamento 2007-2008**. Brasília, 2008. DIGIÁCOMO, J. M.; DIGIÁCOMO, I. de A. **Estatuto da Criança e do Adolescente Anotado e Interpretado**. Ministério Público do Paraná. Curitiba, 2010. FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**. Vol.1: A vontade de saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 19.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009.	

Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Tecnólogo em Segurança Pública	**Eixo Tecnológico:** Segurança
Componente Curricular (OPTATIVA): Policiamento Comunitário Escolar	
Carga Horária (hora aula): 60	**Período letivo:**

Ementa:

Compreender os procedimentos a serem adotados pelos principais órgãos governamentais que compõem o sistema de proteção das escolas, bem como a tipificação de crimes, contravenções e atos infracionais que possam ocorrer no ambiente escolar. Apresentar a composição e competências dos órgãos do sistema de segurança escolar e as atribuições das escolas e dos órgãos de segurança nas ações de enfrentamento da violência no ambiente escolar.

Bibliografia Básica:

ABRAMOVAY, M. e RUA, M. das G. **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2002.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos/ Presidência da República, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

GOMES, C. **Dos Valores proclamados aos valores vividos**. Brasília: UNESCO, 2001. .

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. R**egimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal**. Brasília: Subsecretaria de Educação Pública, 2006.

Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Tecnólogo em Segurança Pública	**Eixo Tecnológico:** Segurança
Componente Curricular (OPTATIVA): Políticas Públicas de Segurança Pública	
Carga Horária (hora aula): 60	**Período letivo:**

Ementa:

Compreende as políticas de Estado e segurança pública em um contexto de mudança. Definir o conceito de União, estados, municípios e as comunidades na construção da segurança pública. Aprender sobre as políticas públicas de segurança pública. Conhecer os planos, programas e projetos de segurança pública e os espaços, mecanismos e instrumentos para a prevenção da violência por meio das políticas públicas.

Bibliografia Básica:

AMABILE, A. E. de N.. **Política Pública**. In: Dicionário de políticas públicas. CASTRO, Carmen Lucia Freitas;

GONTIJO, C. R. B.; AMABILE, A. E. de N. (organizadores). UEMG. 2012.

AQUINO, Luseni. et al. **Juventude e políticas de segurança pública no Brasil**. In:ANDRADE, Carla; AQUINO, Luseni; CASTRO, Jorge.(Orgs.) Juventude e políticas sociais no Brasil. Brasília:IPEA, 2009.

SAPORI, L. F. **Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV. 2007

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2014: os jovens do Brasil** CEBELA, FLACSO BRASIL. 2014.

Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Tecnólogo em Segurança Pública	**Eixo Tecnológico:** Segurança
Componente Curricular (OPTATIVA): Políticas Públicas no Sistema Prisional	
Carga Horária (hora aula): 40	**Período letivo:**

Ementa:

Políticas públicas no sistema prisional. Política penitenciária. Pena privativa de liberdade. Organização do sistema prisional. Educação e qualificação profissional das pessoas presas. Formação e qualificação dos servidores do sistema prisional. A saúde no contexto carcerário - servidores e aprisionados.

Bibliografia Básica:

AMABILE, A. E. de N.. **Política Pública**. In: Dicionário de políticas públicas. CASTRO, Carmen Lucia Freitas;

GONTIJO, C. R. B.; AMABILE, A. E. de N. (organizadores). UEMG. 2012.

AQUINO, Luseni. et al. **Juventude e políticas de segurança pública no Brasil**. In:ANDRADE, Carla; AQUINO, Luseni; CASTRO, Jorge.(Orgs.) Juventude e políticas sociais no Brasil. Brasília:IPEA, 2009.

SAPORI, L. F. **Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV. 2007

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2014: os jovens do Brasil** CEBELA, FLACSO BRASIL. 2014.

Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Tecnólogo em Segurança Pública	**Eixo Tecnológico:** Segurança
Componente Curricular (OPTATIVA): Português instrumental	
Carga Horária (hora aula): 60	**Período letivo:**
Ementa: Estudar e compreender leitura, análise e produção textual e os conceitos linguísticos: variedade linguística, linguagem falada e linguagem escrita, níveis de linguagem. Habilidades linguísticas básicas de produção textual oral e escrita. A argumentação oral e escrita Habilidades básicas de produção textual. Análise linguística da produção textual. Noções linguístico-gramaticais aplicadas ao texto. Redação empresarial.	
Bibliografia Básica: ABREU, A. S. **Curso de redação**. São Paulo: Ática, 1994. BARRAHER, D. W. **Senso crítico: do dia-a-dia às ciências humanas**. São Paulo: Pioneira, 1997. FARACCO, C.A.; TEZZA,C. **Oficina de texto**. Petrópolis: Vozes, 2003. FAULSTICH, Enilde L.de J. Como ler, entender e redigir um texto. Petrópolis: Vozes, 2005.	

Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Tecnólogo em Segurança Pública	**Eixo Tecnológico:** Segurança
Componente Curricular (OPTATIVA): Prevenção da Letalidade de Crianças e Adolescentes	
Carga Horária (hora aula): 60	**Período letivo:**

Ementa:

Estudar a importância para a construção de uma política efetiva no enfrentamento à violência e à letalidade juvenil. Compreender as questões relacionadas à prevenção da letalidade de criança e adolescente para o agente de segurança pública atuar em situações onde haja risco de letalidade.

Bibliografia Básica:

MENDES, A. O. **Educação em direitos humanos no programa de proteção às crianças e adolescentes ameaçados de morte do Distrito Federal** (PPCAAM-DF). Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Direitos Humanos. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2009.

SAPIENZA, G.; PEDROMÔNICO, M. R. M. **Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente**. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n2/v10n2a07.pdf, Acesso em: 13 dez 2013.

SARAIVA, J. B. C. **Adolescente e ato infracional.** Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 1999.

SARAIVA, J. B. C. **Adolescente em conflito com a lei: da indiferença à proteção integral - uma abordagem sobre a responsabilidade penal juvenil.** 2ª. ed. rev. Ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2005.

Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Tecnólogo em Segurança Pública	**Eixo Tecnológico:** Segurança
Componente Curricular (OPTATIVA): Prevenção e enfrentamento à tortura	
Carga Horária (hora aula): 60	**Período letivo:**

Ementa:

Compreender os princípios e valores que a sociedade brasileira e a comunidade internacional definiram para o conjunto da humanidade, através das legislações vigentes que tratam do tema. Bem como, entender alguns aspectos da tortura na sociedade brasileira. Estudar a tortura na perspectiva de uma prática histórica, através do conhecimento de fatos históricos da prática da tortura no mundo e no Brasil, abordando as legislações nacional e internacional que traduzem o resultado do processo histórico de construção da dignidade humana.

Bibliografia Básica:

ABRAMOVAY, M. et al. **Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para Políticas Públicas**. Brasília: Unesco, 2002.

ADORNO S. **Exclusão socioeconômica e violência urbana**. In: DOS SANTOS, J.V.T. e BAUNGARTEM, M. (Ed). Sociologias – violências, América Latina. Revista Semestral do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, jul/dez.2002, nº 8, PP.84-135. Disponível em www.nevusp.org. Acesso em 05 de maio de 2014.

BEATO, PEIXOTO & ANDRADE. **Crime, oportunidade e vitimização**. Revista Brasileira de Ciências Sociais- Vol.19, Nº 55, 72- 90, p.74

Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Tecnólogo em Segurança Pública	**Eixo Tecnológico:** Segurança
Componente Curricular (OPTATIVA): Redação técnica	
Carga Horária (hora aula): 60	**Período letivo:**

Ementa:

Compreender as normas técnicas que norteiam a leitura, interpretação e redação de textos técnicos, científicos, correspondências e documentos, usualmente manipulados em instituições educacionais e/ou em órgãos correlatos, de caráter público ou privado.

Bibliografia Básica:

ABREU, A. S. **Curso de redação**. São Paulo: Ática, 1994.

BARRAHER, D. W. **Senso crítico: do dia-a-dia às ciências humanas**. São Paulo: Pioneira, 1997.

FARACCO, C.A; TEZZA,C. **Oficina de texto**. Petrópolis: Vozes, 2003.

FAULSTICH, E. L.J. **Como ler, entender e redigir um texto**. Petrópolis: Vozes, 2005.

Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Tecnólogo em Segurança Pública	**Eixo Tecnológico:** Segurança
Componente Curricular (OPTATIVA): Relatório de local de crime	
Carga Horária (hora aula): 40	**Período letivo:**

Ementa:

Estudar as técnicas para o levantamento de provas no local do crime, reconstruindo-se, desde já, sua dinâmica e eternizando-a através da elaboração do relatório na perspectiva de retratar fiel e permanentemente tudo o que foi absorvido no próprio ambiente do fato criminoso como forma de poder significar a elucidação da infração penal.

Bibliografia Básica:

DESGUALDO, M. A. **Recognição visiográfica e a lógica na investigação criminal**. São Paulo, 2006.

DOREA, L.; E., STUMVOLL, V. P.; QUINTELA, V . **Criminalística** . 4 ed. Campinas: Millenium, 2010.

MENDRONI, M. B. **Curso de investigação criminal.** 1ª ed. São Paulo:Juarez de Oliveira, 2002.

RIBEIRO, L. J. Investigação criminal homicídio. Brasília: Fábrica do Livro, 2006.

Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Tecnólogo em Segurança Pública	**Eixo Tecnológico:** Segurança
Componente Curricular (OPTATIVA): Segurança Pública sem homofobia	
Carga Horária (hora aula): 60	**Período letivo:**

Ementa:

Conhecer os diferentes grupos sociais, suas necessidades e anseios com o objetivo de poder exercer a atividade profissional, a defesa e a promoção da cidadania, sem distinção de gênero e orientação sexual, bem como de raça, classe social, credo. Compreender destinadas à articulação e ao desenvolvimento de estratégias visando o enfrentamento da discriminação e da violência contra a comunidade LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), promovendo o respeito à diversidade, pautado nos princípios dos direitos humanos.

Bibliografia Básica:

ABRAMOVAY, M., CASTRO M.G; SILVA, L.B . **Juventudes e sexualidade.** Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

BALESTRERI, R.B. **Direitos humanos, segurança pública e promoção da justiça.** Passo Fundo:Berthier, 2004.

Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Tecnólogo em Segurança Pública	**Eixo Tecnológico:** Segurança
Componente Curricular (OPTATIVA): Sistema de Comando de Incidentes II	
Carga Horária (hora aula): 60	**Período letivo:**
Ementa: Compreender as condições para que os profissionais da segurança pública possam atuar nas diversas ocorrências utilizando os conhecimentos, princípios e funções da ferramenta de Sistema de Comando de Incidentes, dentro do ciclo de planejamento operacional.	
Bibliografia Básica: DEAL, T. **Beyond initial response: using the national incident management system's**. Incident Command System. Disponível em: http:/training.fema.gov/IS/ JUNIOR, H. S. E; Et al. **Manual de sistema de comando de incidentes** (SCI). Brasília: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, 2011.	

Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Tecnólogo em Segurança Pública	**Eixo Tecnológico:** Segurança
Componente Curricular (OPTATIVA): Uso da Informação em Gestão de Segurança Pública	
Carga Horária (hora aula): 60	**Período letivo:**

Ementa:

Aprender a importância do uso das informações de segurança pública no Brasil em seu caráter gerencial e modo a subsidiar o profissional da segurança pública de instrumental técnico e conceitual para o desenvolvimento de ações relacionadas ao uso gerencial das informações por meio de técnicas básicas de análise de dados.

Bibliografia Básica:

JANUZZI, P. M. **Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil**. Revista do serviço público. Brasília 56(2): 137-160, abr/jun, 2005.

KAHN, T. **Indicadores em prevenção municipal da criminalidade**. In: Prevenção da violência: o papel das cidades. João Trajano Sento-Sé (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

LAVILLE, C. & DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: ARTMED, Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LIMA, R. S. de. **Contando crimes e criminosos em São Paulo: uma sociologia das estatísticas produzidas e utilizadas entre 1871 e 2000**. Disponível em: www.crisp.ufmg.br/tese_RenatoSergioLima.pdf.

Diretoria de Educação a Distância do IFPR	
Curso: Tecnólogo em Segurança Pública	**Eixo Tecnológico:** Segurança
Componente Curricular (OPTATIVA): Violência criminalidade e prevenção	
Carga Horária (hora aula): 60	**Período letivo:**

Ementa:

Definir, classificar e indicar os tipos de violência e criminalidade. Compreender a taxonomias como referências para o desenvolvimento de mecanismos no entendimento sobre os fenômenos da violência, do crime e da desordem. Estudar os meios para implementar medidas de prevenção e redução das taxas de violência e crime.

Bibliografia Básica:

CERQUEIRA, D, CARVALHO, A., RODRIGUES, R. I. & LOBÃO, W. **Análise dos custos e consequências da violência no Brasil**. Brasília: IPEA, 2007.

CERQUEIRA, D. **Causas e consequências do crime no Brasil**. Rio de Janeiro: PUC, 2010. (Tese de Doutorado).

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2011: os jovens no Brasil**. São Paulo:Instituto Sangari, 2011.

2.8 AVALIAÇÃO

O processo avaliativo é, em sua essência, um dos momentos mais significativos do processo de ensino-aprendizagem, visto que na sua constituição amalgama-se uma concepção de sociedade, de homem e de educação. Nesse sentido, é também mecanismo de conservação ou de transformação social. Logo, trabalhar com avaliação implica numa postura política e numa disposição ética do avaliador frente ao outro, o avaliado. Com foco em sua missão e valores, o Instituto Federal do Paraná assume o ato de avaliar norteado pela Resolução CONSUP/IFPR n° 50, de 14 de julho de 2017, que estabelece os critérios de avaliação do processo ensino-aprendizagem.

2.8.1 Avaliação da Aprendizagem

De acordo com Vasconcellos (2012), a avaliação é um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os problemas identificados/obstáculos. Desse modo, a avaliação dos educandos, sendo uma importante etapa do processo de ensino e aprendizagem, torna-se um tema recorrente, porém esta interfere sensitivamente nas formas, métodos e modelos dos processos avaliativos – e é diante deste cenário que a abordagem torna-se necessária de ser amplamente debatida pela comunidade docente e pela comunidade escolar.

De acordo com Palangana e Galuch

> A avaliação é, sem dúvida, um momento significativo dos processos de ensino e aprendizagem, uma vez que, a princípio, dela advêm os elementos que instruem a continuidade desses processos: a segurança para avançar na discussão de novos conhecimentos, de cuja compreensão depende o desenvolvimento de capacidades mais complexas de pensamento; ou, ao contrário, a constatação da necessidade de retomar conceitos, relações, enfim, o conteúdo estudado ou parte dele, haja vista as dificuldades detectadas. A avaliação é, pois, o parâmetro que orienta o constante ir-e-vir imprescindível ao ensino realizado numa continuidade histórica e à aprendizagem de conteúdos que fazem sentido aos estudantes (PALANGANA E GALUCH, 2007, p. 30).

Cabe ainda destacar que esse processo deve-se consolidar efetivamente no projeto Pedagógico do Curso baseado na Resolução nº 50/17 que trata do sistema de avaliação na Resolução nº 55/2011 do Conselho Superior do Instituto Federal do Paraná, que trata da Organização Didático-Pedagógica da Educação Superior.

Nesse sentido, a avaliação da aprendizagem na modalidade de educação a distância para os cursos superiores EaD está de acordo com as normativas do IFPR. Assim o processo de avaliação será realizado em função dos objetivos propostos em consonância com o perfil do egresso e a modalidade, levando em consideração:

- A participação individual e coletiva no polo (pelo menos uma vez no final do semestre) e no ambiente virtual de aprendizagem (AVA).
- A leitura dos materiais didáticos digitais e/ou impressos e mural de informações referentes ao andamento do curso.
- A resolução das atividades presenciais e a distância.
- Avaliação presencial no polo, sendo individual e sem consulta.
- Participação nas ferramentas do AVA: fóruns, pesquisas e participação em seminários.

O acompanhamento da aprendizagem dos/as discentes terá como princípios os seguintes aspectos:

- Prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.
- Atividades contextualizadas.
- Diversidade de instrumentos avaliativos.
- Diálogo mediador com os/as estudantes.
- Divulgação dos critérios avaliativos antes da efetivação das atividades e da aplicação dos instrumentos avaliativos.
- Apoio disponível para aqueles que têm dificuldades, ressaltando a recuperação quando necessário.
- Incidência da adequação pedagógica mais coerente sob a ótica da construção de

conhecimentos e atitudes.

- Importância conferida às aptidões dos estudantes, aos seus conhecimentos prévios e ao domínio atual dos conhecimentos que contribuam para a construção do perfil do egresso no mundo do trabalho.

A Educação a Distância (EaD) do IFPR adota a Pedagogia Histórico-Crítica como norteadora do processo de ensino e de aprendizagem. Consequentemente, a prática da avaliação ocorre pela mesma proposta pedagógica. Esta tem por princípio a valorização dos conhecimentos científico-culturais necessários à atuação e à transformação das realidades sociais.

O docente também usará, na sua metodologia de ensino, contextos sociais incorporados a situações autênticas, relevantes ao mundo real e à cultura da prática, a fim de fomentar a atividade intelectual individual e social dos estudantes. Sua função é prepará-los e desafiá-los a aplicarem o conhecimento que lhes é fornecido nas diversas questões pessoais e sociais às quais devem responder no seu dia a dia. O estudante, por sua vez, deve deixar de ser um mero receptor e passar a manipular os conteúdos exercendo uma postura crítica, agindo como coautor do conhecimento e protagonista de sua aprendizagem.

Para que este processo de avaliação seja efetivado há o compromisso dos profissionais envolvidos (professores, tutores, coordenadores) com a proposta do curso e no planejamento do trabalho pedagógico (organização dos materiais, planejamento das avaliações etc.) considerando o discente com seus conhecimentos prévios, as particularidades de cada grupo, respeitando as diversidades sociais e culturais. Assim a avaliação dos/as estudantes deverá ser formativa, portanto integral, processual e contínua.

As atividades avaliativas estarão em consonância com os objetivos propostos para cada componente curricular e contará com múltiplos instrumentos de avaliação para compor a avaliação do estudante, por exemplo: atividades com questões de múltipla escolha, discursivas, fóruns, estudos de caso provenientes do mundo do

trabalho, atividades de aprendizagem em grupo, rodas de conversa, discussões em equipe, leituras de materiais complementares, participação ativa em seminários, realização de portfólios, relatórios, entre outras.

Serão considerados como critérios para a avaliação da aprendizagem do estudante:

- **Identificação do problema**: atividade em que o estudante toma conhecimento do problema proveniente da segurança pública; analisa e conclui quanto ao que está solicitado e quanto ao que é necessário fazer para a solução do mesmo;
- **Elaboração de hipóteses**: após análise da situação, o estudante fórmula caminhos possíveis para a solução pretendida a partir das hipóteses formuladas e dos seus próprios ensaios, concluindo com a solução que pareça mais adequada à questão proposta;
- **Conhecimento técnico**: possuir conhecimento técnico para embasar a solução para as questões propostas para o estudante;
- **Comunicação**: habilidade discente de articulação, fundamentação, clareza e objetividade de ideias;
- **Interesse e dedicação**: atitude discente primeira e indispensável para o estudante que tem a intenção de construir um conhecimento determinado, mediante a atenção e/ou concentração e esforço para acompanhar as atividades de aula, esclarecendo dúvidas, complementando, exemplificando;
- **Participação:** conduta discente ativa, como sujeito de reconstrução do conhecimento, mediante o registro das ideias desenvolvidas e/ou cumprimento das tarefas e/ou intervenções deduzidas e/ou questionamentos fundamentados;
- **Pontualidade:** atitude discente reveladora de compromisso com as responsabilidades escolares em que o estudante apresenta cumprimento dos horários e/ou tarefas propostas;
- **Solidariedade**: conduta discente de atenção ao próximo e de preocupação coletiva, socialização de informações, experiências e conhecimentos que possam beneficiar o grupo, mediante disposição de partilhar conhecimentos já construídos e/ou

disposição de acompanhar e orientar o desempenho escolar do companheiro.

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES AVALIATIVAS	
Fórum (SENASP)	Trata-se de uma atividade assíncrona a ser realizada no Ambiente Virtual de Aprendizagem que viabiliza a troca de informações, de impressões de novas leituras e de conhecimentos prévios dos estudantes sobre o componente curricular. Esse tipo de atividade permite o diálogo entre os estudantes do componente curricular, por intermédio e orientação do professor na formulação da questão chave do fórum e na mediação do processo de intervenção pedagógica.
Atividade Online	São atividades individuais que se caracterizam por questões fechadas e/ou abertas que estimulam o estudante a pesquisar os conteúdos do componente curricular nos materiais didáticos disponibilizados. Esta atividade é realizada de forma online no AVA.
Avaliação Colegiada	Constitui uma atividade avaliativa a ser realizada no final do semestre por cada discente. Trata-se de uma avaliação objetiva (múltipla escolha) composta com temas relacionados aos componentes curriculares do semestre.
Avaliação Presencial individual de Segunda Chamada	São atividades avaliativas individuais presenciais que se caracterizam por questões fechadas e/ou abertas provenientes dos conteúdos apresentados nos componentes curriculares do módulo apenas para os estudantes que não puderam comparecer presencialmente ao dia da Avaliação Colegiada (Serviço militar, falecimento de parentes de primeiro grau, licença gestação/adoção, doença infectocontagiosa, internamento hospitalar ou força maior).
Atividades de Recuperação	No decorrer do período letivo serão oportunizados estudos de recuperação de aprendizagem, conforme previsto na Resolução nº 50/17, aos estudantes que não atingiram aproveitamento satisfatório. São atividades que se caracterizam por estimular o estudante a novos estudos utilizando-se de uma metodologia diferenciada da anteriormente aplicada, a ser definida pela equipe pedagógica da coordenação do curso em conjunto com o professor do componente curricular.
Projeto de conclusão do Curso	Constitui de uma atividade acadêmica conforme regulamento do TCC, sendo atividade acadêmica de avaliação final do curso, de caráter obrigatório e condicionante para a certificação de conclusão do curso

Os resultados obtidos durante o processo avaliativo deverão ser informados ao estudante e, caso haja dificuldade de aprendizagem, o/a professor/a tutor/a deverá orientar o mesmo para que este avance em direção aos objetivos da avaliação previamente estabelecidos.

O planejamento do processo de recuperação da aprendizagem é de responsabilidade do professor do componente curricular baseado na sinalização dos tutores do estudante da necessidade de recuperação, devendo envolver a identificação das dificuldades apresentadas pelos estudantes, a fim de que sejam selecionadas as atividades que serão realizadas com o intuito de promover a aprendizagem dos mesmos.

No processo de recuperação paralela da aprendizagem, o professor elaborará atividades diversificadas, tais como roteiro de estudos, assessoria pedagógica (do tutor e/ou professor em hora assistência), participação nos projetos de atividades complementares e/ ou entre outras atividades que o professor sugerir. Como forma de avaliar a recuperação da aprendizagem o estudante responderá a uma atividade discursiva que contempla de forma geral todo o conteúdo do componente curricular. Esta avaliação comporá os demais resultados obtidos no decorrer do componente curricular.

É de responsabilidade do/a estudante procurar o seu tutor/a. Ressaltamos que as recuperações paralelas serão para os/as estudantes que obtiverem nota inferior a 7,0 (sete) no componente curricular, para os/as estudantes que tenham reprovação por faltas..

O/a estudante que, mesmo passando pelo processo de recuperação paralela, não for aprovado, poderá prosseguir para os componentes curriculares seguintes, desde que o componente curricular não seja pré requisito.

Outro elemento importante, no processo avaliativo dentro da Diretora de Educação a Distância, é o Colegiado do Curso, instância colegiada que avalia, analisa, discute, orienta e delibera de forma coletiva os processos de ensino aprendizagem. Por

isso, os/as discentes dos cursos ofertados por esta diretoria, que ao final do processo formativo não atinjam a integralidade das unidades curriculares ofertadas terão sua situação apreciada pelo Conselho de Classe a ser realizado no término do curso.

2.8.2 Plano de Avaliação Institucional

O Plano de Avaliação Institucional do Instituto Federal do Paraná atende às orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei 10.861/2004, e tem por objetivo a promoção da qualidade de ensino nesse nível de educação. A CPA (Comissão Própria de Avaliação) é instituída pelo SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) e é responsável pela implantação e desenvolvimento de processos de avaliação institucional. Os instrumentos de avaliação (questionários, pesquisas ou outras ferramentas) a serem desenvolvidas pela CPA servirão para o planejamento educacional e apontarão as áreas e setores que precisam de melhorias.

2.8.3 Avaliação do Curso

A avaliação do curso terá como foco a qualidade da formação dos/as profissionais alvo da presente formação. A avaliação do presente curso se dará por meio de análises e acompanhamento criteriosos e periódicos do Projeto Pedagógico, organizadas, orientadas e avaliadas pela Coordenação do Curso e em estreita parceria com a coordenação da Rede EaD-Senasp.

Avaliação Externa

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior foi instituído pela Lei nº 10861/2004 - SINAES. Ao SINAES cabe promover a avaliação externa englobando a

avaliação das Instituições, dos Cursos e do desempenho dos estudantes.

O INEP/MEC, órgão responsável pela operacionalização da avaliação no âmbito do SINAES, disponibiliza em meio eletrônico, orientações gerais elaboradas pela Comissão Nacional de Avaliação – CONAES.

Estas orientações envolvem as dinâmicas, procedimentos e mecanismos a serem observados pelas comissões de avaliação de Instituições e de Cursos, e, ocorrem conforme cronogramas emanados do INEP. Nas visitas “in loco” e também, no preenchimento do formulário eletrônico, as Instituições são avaliadas em todas as dimensões, basicamente pautadas na organização didático-pedagógica, corpo docente e infraestrutura material e física.

A avaliação externa constitui um dos aspectos básicos para o necessário aprimoramento da qualidade de ensino, do planejamento e da gestão da Instituição e dos Cursos.

A integração entre avaliação interna e externa no IFPR, parte do princípio de que uma IES depende do exercício permanente de olhar para dentro de si mesma, delineando uma visão global da Instituição e possibilitar, em curto prazo, as reorientações que se fazem necessárias em todos os aspectos.

A avaliação do processo de formação acadêmica – ENADE consiste de um exame que, ao avaliar o desempenho do estudante no início e ao final do curso, permite analisar os conhecimentos adquiridos. Outro indicador considerado pelos avaliadores externos, em seus pareceres, são os documentos prévios por eles analisados tais como o Censo Educacional, Cadastro Docente e o Formulário Eletrônico com recortes do Projeto Pedagógico do Curso ou em caso de Avaliação Institucional de Desenvolvimento Institucional – PDI.

2.8.4 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

O projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública será avaliado constantemente pelo grupo de professores pertencentes ao Núcleo

Docente Estruturante, de acordo com a resolução 01 de 17 de junho de 2010 CONAES.

Para tanto, o grupo do NDE procurará contribuir com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso proposto, atentando-se à especificidade do curso.

2.9 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Não se aplica.

2.9.1 Convênios de Estágio

Não se aplica.

2.10 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

É obrigatório a realização de trabalho de conclusão de curso (TCC) que constitui em atividade acadêmica que oportuniza síntese dos conhecimentos construídos pelo discente durante o curso e segue as orientações contidas no parecer CNE/CES 239/2008 e da Resolução CNE/CP 03/2002, que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.

O TCC será o último componente curricular do curso, sendo que o discente somente poderá desenvolvê-lo após a conclusão dos outros componentes curriculares, com menção aprovado. As orientações e subsídios para o desenvolvimento do TCC será disponibilizado no componente curricular “metodologia do trabalho científico”, sendo ele uma condição para a conclusão do curso e o discente deverá ter nota igual ou superior a 7,0 (sete).

Além do apoio teórico para o desenvolvimento da atividade ser explanado no componente curricular metodologia do trabalho científico, o TCC será regido por regulamento próprio, disponibilizado como anexo a este.

2.11 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Não haverá atividades complementares.

2.12 FORMAS DE ACESSO, PERMANÊNCIA

O acesso ao Curso de Tecnologia em Segurança Pública do Instituto Federal do Paraná, da Diretoria de Educação a Distância, é realizado por meio de processo seletivo normatizado por Edital próprio e é destinado exclusivamente para agentes de segurança pública integrantes das Polícias Militar, Civil, Perícia, Bombeiro Militar e Guardas Municipais.

Conforme o termo de parceria entre o IFPR e a SENASP, para ingressar no curso será necessário não possuir nível médio completo e não possuir nenhuma graduação e, ainda, ter mais de cinco anos em efetivo exercício na função e não ter processo criminal.

O estudante ingressante terá que se comprometer a concluir o curso, sob pena de responder a processo administrativo disciplinar com o intuito de restituir o erário em caso de desistência, conforme previsto no Plano de Trabalho do convênio.

2.12.1 Bolsas de Pesquisa, Extensão, Inovação, Inclusão Social, Monitoria e

O curso é exclusivamente para atendimento de uma demanda específica, portanto, o presente item não se aplica**.**

2.12.2 Aproveitamento de Estudos Anteriores

Este procedimento compreende o processo de aproveitamento de componentes curriculares cursados com êxito em outro **curso superior,** conforme artigo 82 da Resolução IFPR 55/2011. Será aceita solicitação apenas do estudante que estiver matriculado no componente ou ainda não tê-lo cursado. O prazo para protocolar o requerimento será previsto no calendário do curso.

O procedimento para a solicitação de estudos anteriores deverá ser realizada

pelo/a estudante, via requerimento, ao Controle Acadêmico da Diretoria de Educação a Distância. O Controle Acadêmico encaminhará a solicitação à Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão da Diretoria de Educação a Distância que tomará as providências junto à Coordenação do curso.

O requerimento para aproveitamento de estudos anteriores deve ser acompanhado de histórico escolar completo e atualizado da instituição de origem, da ementa e programa do componente curricular pela Instituição de ensino credenciada pelo MEC.

A Comissão deverá seguir os seguintes critérios para o Aproveitamento de estudos anteriores: verificar a correspondência entre as ementas, os programas e a carga horária cursados na outra instituição e as do Curso Técnico de que trata este Projeto Pedagógico. A carga horária cursada não deverá ser inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do indicado nos componentes curriculares presentes neste Projeto Pedagógico.

Além da correspondência entre os componentes curriculares, a Comissão poderá realizar uma avaliação teórica sobre os conhecimentos a serem aproveitados. A referida avaliação terá como objetivo avaliar o conhecimento do estudante tendo como critérios: conhecimento técnico, elementos teóricos referentes ao componente curricular, objetividade e clareza na escrita.

A Comissão poderá conceder o Aproveitamento de estudos mediante plano de adaptação curricular, se avaliar a necessidade.

2.12.3 Certificação de Conhecimentos Anteriores

De acordo com a LDB nº 9.394/1996 o conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Entende-se por certificação de conhecimentos anteriores a dispensa de cursar o Componente Curricular do curso do IFPR em que o estudante comprove

excepcional domínio de conhecimento através da aprovação em avaliação realizada sob a responsabilidade de Comissão composta por professores da área de conhecimento correspondente.

Os estudantes deverão solicitar, via requerimento, ao Controle Acadêmico da Diretoria de Educação a Distância. O Controle Acadêmico encaminhará a solicitação à Direção de Ensino e Desenvolvimento de Recursos Educacionais da Diretoria de Educação a Distância que providenciará junto à Direção Geral a composição de Comissão para análise e parecer, por meio de Portaria. Será aceita solicitação apenas do estudante que estiver matriculado no componente ou ainda não tê-lo cursado.

A avaliação será composta de uma prova e/ou entrevista. A Comissão designada será responsável por elaborar tanto o instrumento de avaliação quanto às questões para a entrevista, observando:

a) Prova (preferencialmente discursiva): Tem como objetivo avaliar o conhecimento do estudante tendo como critérios: conhecimento técnico, elementos teóricos referentes ao componente curricular, objetividade e clareza na escrita.

b) Entrevista: O objetivo da entrevista é verificar as experiências relacionadas com o componente curricular, terá como critério a clareza e objetividade nas respostas às questões técnicas/teóricas. O registro deverá ser, preferencialmente, gravado.

Os procedimentos de avaliação deverão ser comunicados antecipadamente ao estudante.

Finalizada a avaliação, a Comissão encaminhará ao Controle Acadêmico, através de processo individual, os componentes curriculares aproveitados com os respectivos conceitos avaliativos, acompanhados de atas e/ou relatórios das avaliações assinados pelos membros.

Não se aplica a Certificação de Conhecimentos Anteriores para o

componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

2.12.4 Expedição de Diplomas e Certificados

Será considerado aprovado o estudante que concluir com êxito todos os componentes curriculares, inclusive no TCC, bem como frequência igual ou superior a 75% por período letivo. Os estudantes aprovados por estes critérios, bem como aqueles estudantes aprovados por Conselho de Classe, estarão aptos a receber o **Diploma de Tecnólogo em Segurança Pública, do Eixo Tecnológico Segurança**.

Não haverá certificação intermediária.

2.12.5 Acessibilidade

A Diretoria de Educação a Distância juntamente com o campus onde o curso é ofertado e o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNE - irão buscar as melhores soluções para os estudantes com necessidades especiais que necessitem de apoio para sua permanência no Curso.

A Diretoria de Ensino, juntamente com a coordenação do curso e equipe pedagógica, desenvolverá diversas ações, como: a busca de softwares, intérpretes, materiais adaptados, salas/espaços com acessibilidade, e formação continuada sobre a temática.

3. CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

3.1. CORPO DOCENTE

3.1.1 Atribuições do Coordenador

Compete ao coordenador do curso acompanhar a vida acadêmica do aluno do IFPR, desde a entrada no curso pretendido até o seu término. Também é responsável por responder pelo curso no âmbito da Diretoria de Educação a Distância, assim como contribuir para a organização curricular, bem como:

- Cumprir e fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais;
- Planejar ação didático/pedagógica do curso com a Coordenação de Ensino/Direção de Ensino;

- Executar as deliberações do CONSAP e CONSUP Conselho de Administração e Planejamento, e CONSUP – Conselho Superior do Instituto Federal do Paraná;
- Orientar o corpo discente e docente dos cursos sob sua coordenação sobre currículo, frequência, avaliação e demais atividades de ensino;
- Organizar e registrar por meio de atas reuniões com os docentes do curso; • Supervisionar situações acordadas em reuniões;
- Planejar em conjunto com a Coordenação de Ensino/Direção de Ensino as dependências do curso;
- Presidir a comissão de avaliação dos pedidos de dispensa e opinar na transferência, verificando a equivalência dos estudos feitos, tomando as providências cabíveis;
- Supervisionar o cumprimento da carga horária dos cursos coordenados, estipulada na matriz curricular, bem como tomar as devidas providências nos casos em que haja necessária substituição de professores/tutores;
- Exercer o papel de "ouvidor" de estudantes e professores em assuntos relacionados ao curso;
- Elaborar, revisar e acompanhar os projetos pedagógicos do curso;
- Acompanhar comissões de avaliação de curso, bem como fornecer informações do curso solicitadas pelos órgãos da Reitoria e também pelas seções do MEC;
- Exercer outras atribuições de modo que o curso possa transcorrer com a devida regularidade conforme os requisitos deste plano.
- Coordenar os processos relacionados com os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC);
- Atuar como interlocutor junto à coordenação da Rede Ead-Senasp;
- Fazer a gestão do curso no ambiente virtual de aprendizagem e informar a coordenação da Rede EaD-Senasp qualquer inconsistência.

3.1.2 Experiência do Coordenador

O professor Fernando Roberto Amorim Souza é graduado em Geografia e

Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Tem experiência em gestão de processos e na academia como docente de cursos de licenciatura e também como coordenador pedagógico.

Atuou no Ministério da Educação na coordenação nacional do Programa Rede e-Tec Brasil, voltado à expansão da educação profissional a distância. Foi consultor da UNESCO atuando junto ao FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e ao Ministério do Desenvolvimento Social.

Desde 2013 é docente no IFPR. Foi diretor geral do Diretoria de Educação a Distância do IFPR e atualmente ministra aulas na educação básica técnica e tecnológica.

3.1.3 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Considerando o caráter excepcional do curso não será constituído Núcleo Estruturante (NDE), considerando, ainda, que as decisões administrativas e pedagógicas devem ser tratadas em conjunto com a SENASP, conforme preconiza o Termo de Cooperação Técnica.

3.1.4 Relação do Corpo docente

A equipe de professores será contratada pela SENASP, conforme acordo de cooperação técnica, os quais estarão à disposição do IFPR, por meio da coordenação do curso.

A SENASP vai disponibilizar uma lista de docentes, previamente selecionados pela instituição, para que a Coordenação do curso possa selecionar os/as professores/as tutores/as com um perfil mais adequado à unidade curricular de acordo com seus currículos.

Será disponibilizado ao IFPR um professor por componente curricular e para cada grupo de 25 a 50 estudantes, ou seja, numa componente curricular, considerando o número de vagas (350), poderá ter de 7 a 14 professores. Esses docentes ministrarão as aulas e acompanhará sua turma até a finalização da mesma.

3.1.5 Colegiado de Curso

O colegiado do curso será constituído por ato próprio após a aprovação do curso.

3.1.6 Políticas de Capacitação Docente

Considerando a especificidades deste curso, as orientações e formações referentes ao trabalho docente ficará a cargo do parceiro.

3.1.7 Plano de Cargos e Salários dos Docentes

Não se aplica (os docentes serão contratados pelo parceiro exclusivamente para atender esta demanda).

3.2 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

Como informado, o curso será ofertado em parceria, os Técnicos da Diretoria Sistêmica irão colaborar apoiando a Coordenação, principalmente no processo seletivo, matrículas e certificações.

Nome	Formação	Regime de Trabalho	Cargo
Carmen Silvia da Costa	Especialização	40 hs	Coordenadora de Tecnologias Educacionais
Claudiomiro dos S. de Melo	Graduação	40 hs	Técnico Audiovisual
Diogo Ceccon	Graduação	40 hs	Técnico em Tecnologia da Informação
Gioconda Ghiggi	Mestrado	40 hs	Pedagoga
Ivone Vieira	Especialização	40 hs	Técnico em Secretariado
Jonathan Souza Cruz Barros	Graduação	40 hs	Técnico em Informática
José Marcos de Oliveira	Graduação	40 hs	Pedagogo
Juliana Romão Corrêa	Graduação	40 hs	Auxiliar de Bibliotecas

Kriscie Kriscianne Venturi	Mestrado	40 hs	Diretora de Ensino, Pesquisa e Extensão
Loeide de Jesus Bezerra	Especialização	40 hs	Técnico em Tecnologia da Informação
Lucilene Fátima Baldissera	Especialização	40 hs	Técnico em Assuntos Educacionais
Ricardo Carlos Hartmann	Mestrado	40 hs	Coordenador da Secretaria Acadêmica
Suelem Brugnolo	Graduação	40 hs	Chefe de Seção de Gestão de Pessoas
Vania Carla Camargo	Mestrado	40 hs	Coordenadora do Ensino

3.2.1 Políticas de Capacitação do Técnico Administrativo em Educação

As Políticas de Capacitação do Corpo Técnico-Administrativo seguem a Resolução 48/11 do IFPR, que trata do Programa de Qualificação e Formação dos Servidores do IFPR. Este Programa enfatiza a formação, qualificação e atualização sistemática em nível de Graduação e Pós-graduação Lato e Stricto Sensu, dos recursos humanos do instituto e de instituições parceiras das redes federal e estadual de ensino para o exercício pleno e eficiente de suas atividades nas instituições de ensino de origem.

O Programa de Incentivo à Formação Inicial, Continuada e de Qualificação de Servidores Públicos contemplará, quando possível, os seguintes níveis formativos nas modalidades EaD (Ensino à Distância) e Presencial:

I. Cursos de Graduação

II. Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu: aperfeiçoamento e Especialização

III. Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu: mestrado e doutorado

IV. Estágio Pós-Doutoral

V. Outros cursos, estágios, intercâmbios acadêmico-profissionais ou atividades de capacitação, no interesse da Administração.

Todos os Técnicos Administrativos do IFPR serão beneficiados, em todos os níveis de carreira, prioritariamente, aqueles que não possuam Pós-Graduação nos

níveis de mestrado e doutorado. Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI do IFPR, em vigência, “deverá ser construído o Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento, com o objetivo de: contribuir para o desenvolvimento do servidor, como profissional e cidadão; capacitá-lo para o desenvolvimento de ações de gestão pública; e para o exercício de atividades de forma articulada com a função social da IFE”. Essa medida buscará suprir a necessidade de capacitação do corpo Técnico-administrativo atual e ingressante ao quadro de servidores do Instituto Federal do Paraná.

3.2.2 Plano de Cargos e Salários dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação

O Plano de Carreira está estruturado em 5 (cinco) níveis de classificação (A, B, C, D e E) e com 4 (quatro) níveis de capacitação cada.

São atribuições gerais dos cargos que integram o Plano de Carreira, sem prejuízo das atribuições específicas e observados os requisitos de qualificação e competências definidos nas respectivas especificações:

I. planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio técnico administrativo ao ensino;
II. planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades técnico-administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino;
III. executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Federal de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino. Progressão por Capacitação Profissional é a mudança de nível de capacitação, no mesmo cargo e nível de classificação, decorrente da obtenção pelo servidor de certificação em Programa de capacitação, compatível com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida, respeitado o interstício de 18 (dezoito) meses.

Progressão por Mérito Profissional é a mudança para o padrão de vencimento

imediatamente subsequente, a cada 18 meses de efetivo exercício, desde que o servidor apresente resultado fixado em programa de avaliação de desempenho, observado o respectivo nível de capacitação. O servidor que fizer jus à Progressão por Capacitação Profissional será posicionado no nível de capacitação subsequente, no mesmo nível de classificação, em padrão de vencimento na mesma posição relativa a que ocupava anteriormente, mantida a distância entre o padrão que ocupava e o padrão inicial do novo nível de capacitação. A mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento não acarretará mudança de nível de classificação. A liberação do servidor para a realização de cursos de Mestrado e Doutorado está condicionada ao resultado favorável na avaliação de desempenho. (Incluído pela Lei nº 11,784, de 2008). O Incentivo à Qualificação terá por base percentual calculado sobre o padrão de vencimento percebido pelo servidor, na forma do Anexo IV desta Lei, observados os seguintes parâmetros: (Redação dada pela Lei nº 11.784/2008).

4. INFRAESTRUTURA

Para a oferta do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública, contamos com diversas estruturas para o desenvolvimento das atividades, na Diretoria de Educação a Distância:

a) **Prédio I** (térreo e primeiro andar), com 7 salas destinadas à Direção Geral, Direção de Ensino e Desenvolvimento de Recursos Educacionais, Direção de Planejamento de Administração, Coordenações de Cursos e Setor de Desenho Educacional. A infraestrutura conta com: computadores, projetores, telefones, banheiros, sala equipada para reuniões e videoconferências, impressoras, televisores, armários e materiais de expediente.

b) **Prédio II** (térreo e subsolo), com 5 salas destinadas ao Controle Acadêmico, Reuniões, Almoxarifado e Arquivo. A infraestrutura para o trabalho conta com computadores, mesa para reuniões, estantes para o arquivo, impressoras, banheiros e telefones.

c) **Estúdio I**, Infraestrutura: 02 computadores (para o professor conferencista e professor web); 02 câmeras completas com tripé doly + comunicação; 01 monitor para retorno 21 polegadas; 01 teleprompter + computador; 20 calhas de iluminação com luz fria; cenário para teleaula (5 cadeiras poltronas p/ entrevistas; 05 microfones sem fio de lapela; 01 microfone de mão com fio; 03 microfones de lapela com fio; 01 monitor plasma – quadro inteligente com programa smart; 01 hibrida telephone interface com dois canais para interação; 02 caixas acústicas de retorno para estúdio; 02 linhas de internet; 01 notebook de standby; 01 projetor com telão); sala de controle para gravação equipada.

d) **Up - Unidade Externa**, com a seguinte infraestrutura: 01 câmera completa com tripé + doly; 02 spots de luz com tripé; papel vegetal e gelatina com várias cores; 02 microfones de lapela sem fio; 01 microfone de mão com fio; 02 carregadores de baterias para câmeras; 02 carregadores de baterias para microfones; fitas mine DVD para captação; 01 kaiser (maleta) para câmera + tripé.

e) **Sala de Estúdio II**, com a seguinte infraestrutura: 02 computadores professor conferencista e professor web; 02 câmeras completas com tripé doly + comunicação; 01 monitor para retorno com 21 polegadas; 01 teleprompter + computador; 20 calhas de iluminação com luz fria.

f) **Biblioteca**: A Diretoria de Educação a Distância conta com um acervo de 1.970 livros, pertinente aos cursos ofertados. A atualização do acervo é feita periodicamente, com base nas indicações de docentes e equipe pedagógica. Os livros são disponibilizados aos estudantes, docentes, equipe pedagógica, coordenadores de curso e demais interessados. Além da Biblioteca da Diretoria de EaD, os estudantes contam com as bibliotecas dos Campi.

Importante salientar que o curso, em única oferta, será desenvolvido em

ambiente virtual de aprendizagem, sendo exigido o comparecimento do estudante, no polo de apoio, ao final de cada semestre para realização de uma avaliação presencial. Desta forma, será utilizado somente o espaço de uma sala de aula em um turno por semestre.

4.1 ÁREAS DE ENSINO ESPECÍFICAS

Não se aplica.

4.2 ÁREAS DE ESTUDO GERAL

Não se aplica.

4.3 ÁREAS DE ESTUDO ESPECÍFICO

Não se aplica.

4.4 ÁREAS DE ESPORTE E VIVÊNCIA

Não se aplica.

4.5 ÁREAS DE ATENDIMENTO DISCENTE

Não se aplica

4.6 ÁREAS DE APOIO

Não se aplica.

4.7 BIBLIOTECA

O acervo concernente ao curso será disponibilizado na plataforma virtual.

5. PLANEJAMENTO ECONÔMICO FINANCEIRO

Não está previsto nenhum aporte econômico financeiro na estruturação do presente curso, considerando que o mesmo é para atender a formação de de 350 agentes de segurança pública, ou seja, não está previsto a continuidade sua continuação.

A oferta do curso será realizada aproveitando as instalações existentes, seja estrutura física, material e recursos humanos, não havendo necessidade de acréscimo orçamentário.

5.1 EXPANSÃO DO QUADRO DOCENTE

O curso está sendo ofertado em parceria com a Rede EaD-Senasp, por meio de cooperação técnica, para atender exclusivamente a formação de 350 agentes de segurança pública, não havendo previsão de sua continuidade, assim, não há necessidade de expansão do quadro docente.

5.2 PROJEÇÃO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE E CONSUMO

O curso está sendo ofertado aproveitando toda infraestrutura existente, não havendo necessidade de aquisição de materiais permanente e de consumo e como também não está previsto sua reoferta, não haverá necessidade de projeção desses materiais.

5.3 PROJEÇÃO DE AQUISIÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO

Por se tratar de um curso exclusivamente para atender uma demanda específica, não está previsto a aquisição de acervo bibliográfico, entretanto, a SENASP, parceira na oferta do curso, disponibilizará o acervo básico de cada componente curricular na plataforma virtual, onde poderá ser consultado pelos estudantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes E Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 7 jan. 2016.

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 14, de 06 de junho de 2012**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 8, de 6 de março de 2012.** Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2014/2018**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná-IFPR, dez/2014. Disponível em: < http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/ uploads/2014

PALANGANA, I. C.; GALUCH, M. T. B. **Avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem: um desafio que persiste.** Revista UNIFAMMA. v. 6, n. 1, Maringá, nov/2007.

VASCONCELLOS, C. S. **Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar.** 18ª Ed. São Paulo: Libertad, 2012.

APÊNDICES

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

REGULAMENTO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC é a atividade que caracteriza a conclusão da formação do acadêmico e é considerado um momento obrigatório previsto no curso para que os estudantes tenham contato com problemas e realidades locais relacionadas com a segurança pública. No Componente Curricular *Metodologia do Trabalho Científico,* serão apresentados subsídios para análise da realidade, bem como planejamento de projetos para sugestões e resoluções dos problemas locais.

2 DOS OBJETIVOS

2.1 -Propiciar aos estudantes a possibilidade de aprofundamento temático e Interdisciplinar, visando a uma formação mais completa.
2.2 - Saber aplicar de forma crítica os conhecimentos adquiridos, de forma a evidenciar uma abordagem profissional consciente.
2.3 - Desenvolver atitude investigativa interdisciplinar por meio da promoção da cultura empreendedora e de inovação.
2.4 - Desenvolver a autonomia e o senso de responsabilidade social.
2.5 - Construir propostas de soluções empreendedoras e inovadoras para questões locais, centradas na área de segurança pública;
2.6 - Ter capacidade de compreensão de forma crítica dos métodos de recolha, análise e interpretação da informação apropriada à segurança pública;
2.7 - Compreender os conteúdos, através de uma prática reflexiva, acadêmica e profissional, adquirindo capacidades de resolução de problemas e de fundamentação na tomada de decisões;
2.8 - Desenvolver a capacidade de compreensão e consciência crítica das questões morais, éticas, ecológicas e legais que sustentam as boas práticas;
2.9 - Desenvolver capacidades de auto-avaliação do trabalho realizado.

3.. DAS CONDIÇÕES DE ACESSO

2.1 - O TCC constitui como a última atividade do Curso Superior de Tecnologia em Segurança do Trabalho e para o discente realizá-lo deverá ter cursado todos os componentes curriculares do curso e tenha sido aprovado em todos eles

4. DAS ATIVIDADES

Entre as atividades previstas, temos:
4.1 - Visitas técnicas com produção de relatório;
4.2 - Projetos a serem desenvolvidos em campo;

4.3 - Leituras pertinentes e análise de materiais;

4.4 - Preparação de materiais referentes ao curso;
4.5 - proposta de soluções para os problemas encontrados na área da segurança pública;
4.6 - Palestra e/ou oficinas sobre a segurança pública.
4.7 - Pesquisa e/ou elaboração de instrumentos que subsidiem pesquisa na área de Segurança Pública.

5. DAS OBRIGAÇÕES DOS/DAS ESTUDANTES
5.1- Elaborar e apresentar o planejamento individual da atividade proposta (Plano de Trabalho;
5.2 - Realizar, no mínimo, 75% da carga horária prevista.
5.3 - Cumprir o programa de trabalho previsto;
5.4 - Cumprir com assiduidade e pontualidade, o horário e a calendarização prevista;
5.5 - Cumprir as orientações emanadas por parte da coordenação do curso, no âmbito do programa de trabalho previsto;

6. DA ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PROJETO
6.1 - A atividades deverá ser proposta pelo discente, conforme item 3 deste regulamento;
6.2 - Realizar o plano de trabalho contendo as atividades propostas e respectivas carga horária, bem como os dias e horários que se pretende desenvolver, entre outras informações;
6.3 - Solicitar antecipadamente permissão a gestor do órgão/unidade/instituição que se pretende realizar as atividades do TCC;
6.4 - O controle das participações e frequência será do maior gestor do local onde se pretende realizar a atividade.
6.5 – É de responsabilidade do Coordenador Geral do Curso acompanhar as ações do Projeto.

7. DOS CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO
7.1 - Domínio de conhecimentos teóricos;
7.2 - Desempenho técnico;
7.3 - Comportamento ético;
7.4 - Relevância da atividade;
7.5 - Responsabilidade, assiduidade, pontualidade;
7.6 - Cumprimento de todas as obrigações previstas neste Regulamento;
7.7 - Apresentação de resenhas críticas, relatórios e análises à coordenação do curso.

6 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS
7.1 - Os casos omissos serão analisados pelo Coordenador Geral do Curso e Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão.